



Perdas por Imparidade em Intangíveis: *Goodwill*

Marco Nuno Fernandes Rodrigues

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



Perdas por Imparidade em Intangíveis: *Goodwill*

Marco Nuno Fernandes Rodrigues

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto de Contabilidade e Administração do Porto para
a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob
orientação do Doutor Carlos Quelhas Martins**

**Porto – 2015
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

As temáticas do *Goodwill* e das Perdas por Imparidade do *Goodwill* assumem hoje em dia elevada importância devido à crescente mutação dos mercados e ao aumento das operações de Concentração de Atividades Empresariais (CAE) entre grupos económicos, pelo que é oportuno estudar esta problemática.

Por conseguinte, definimos como objetivos essenciais deste estudo: a análise e caracterização das entidades cotadas na *Euronext* Lisboa e posterior extração dos elementos das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas (DFC), nomeadamente o EBIT-*Earnings Before Interests and Taxes*, *Goodwill*, Totais do Ativo e dos Capitais Próprios, Rácios de Endividamento e de Rendibilidade do Ativo e dos Capitais Próprios e Perdas por Imparidade do *Goodwill*, de modo a podermos efectuar essa mesma caracterização.

Com o cruzamento de todas as variáveis com a relevação das Perdas por Imparidade do *Goodwill*, procuramos identificar diferenças e relações entre as entidades que relevaram e não relevaram Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Para tal recorreremos a uma metodologia quantitativa, descritiva e analítica, procurando descrever os elementos das DFC.

Os procedimentos estatísticos utilizados assentaram na utilização do *Software* IBM SPSS (*Statistical Package for de Social Science*), versão 21.

Procuramos encontrar diferenças estatisticamente significativas utilizando os Testes não paramétricos de *Mann-Whitney* e de *Kruskal-Wallis*, e o Teste de *Spearman*, para testar correlações entre as variáveis EBIT, Rácio de Endividamento, Rendibilidades do Ativo e do Capital Proprio e Perdas por Imparidade do *Goodwill* reconhecidas no Período.

Os resultados encontrados sugerem a não observância de diferenças significativas entre as variáveis anteriormente descritas e o reconhecimento de Perdas por Imparidade do *Goodwill*, evidenciando contudo relações estatisticamente relevantes no que concerne aos elementos das DFC.

Palavras chave: Ativos Intangíveis, *Goodwill*, Imparidades do *Goodwill*, IAS 36, NCRF 12.

Abstract

The theme of Goodwill and Goodwill Impairment losses take these day high importance due to the increasing changes to the markets and increased Concentrations of Business Activities Operations (PPAs) between economic groups. So it is necessary to study this issue.

Therefore, we have defined as essential objectives of this study the analysis and characterization of the companies listed on Euronext Lisbon and then proceeded to extract the elements of its Consolidated Financial Statements (EBIT, Goodwill, Total Assets and Equity, ratios Indebtedness and Profitability Assets and Own Capital losses and Goodwill impairments), so that we can make this characterization.

In order to cross all the variables with relief may losses for Goodwill impairment, we seek to identify differences and relationships between entities that fall and do not fall losses Goodwill impairment. To this end we resort to a quantitative, descriptive and analytical methodology, trying to describe the elements of the DF's.

The statistical procedures used were based on the use of IBM SPSS software (Statistical Package for Social Science), version 21.

We seek to find statistically significant differences using the Mann-Whitney non-parametric test and Kruskal-Wallis, and Spearman test to test correlations between variables EBIT Rate ratio of Indebtedness, returns of Assets and Own Capital and Goodwill impairments recognized in the Period.

The results suggest non-compliance with significant differences among the variables described above and the losses of registration by the Goodwill Impairment, showing yet statistically significant relationships with respect to the elements of CFS's.

Key words: Intangible assets, Goodwill, Goodwill Impairment, IAS 36, NCRF 12

Agradecimentos

Os meus agradecimentos seguem para um conjunto de pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para que esta Dissertação fosse concluída.

Em primeiro lugar tenho de agradecer aos meus pais e família por todo o apoio dado ao longo deste período até à conclusão desta Dissertação.

Seguidamente uma palavra de agradecimento à Coordenadora do Mestrado em Contabilidade e Finanças, a Doutora Ana Maria Bandeira e restantes Docentes que contribuíram para a construção dos conhecimentos para a elaboração deste trabalho.

Aos meus amigos da turma de Mestrado, ao José, ao Luis, ao Francisco, ao Aquilino, ao João, ao Diogo, à Monica, à Ana Fartote, à Manuela e a todos os outros igualmente importantes.

Um agradecimento às minhas amigas e amigos Susana, Chantelle, Pedro, Sónia, Natália e Tiago e restantes amigos.

Uma mensagem ao Fábio, que com os seus conhecimentos e a sua vontade, me ajudaram a concluir algumas etapas deste trabalho.

Uma palavra para o Sr Freitas, que me acompanhou ao longo da minha Licenciatura e do Mestrado e com ele ouvi e aprendi grandes palavras que levo para fora do ISCAP.

Uma mensagem para o Sr. Paulo e menina Diana da Biblioteca do ISCAP, que se mostraram sempre e a todo o tempo disponíveis para me ajudar com todo o material, toda a informação e toda a boa disposição que necessitei para a conclusão deste trabalho.

Para a minha priminha Ju e para o Élio um grande obrigado pela amizade e pelo interesse demonstrado ao longo deste tempo.

Para todos os restantes amigos da Licenciatura, entre eles o Gabriel, a Koreen e o Francisco, e fora dela que não estão aqui referenciados mas que são igualmente importantes.

Por fim uma palavra de agradecimento ao meu Professor Orientador, o Professor Doutor Carlos Quelhas Martins, por todo o seu tempo disponibilizado comigo, por todos os seus conhecimentos transmitidos, e por toda a ajuda dada, já que sem o Doutor este trabalho não teria sido possível. Muito Obrigado.

Lista de Abreviaturas

CAE - Concentração de Atividades Empresariais

CMVM - Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários

CAPM - *Capital Asset Pricing Model*

CP - Capital Próprio

DCF - *Discounted Cash-Flow*

DFC - Demonstrações Financeiras Consolidadas

EBIT - *Earnings Before Interests and Taxes*

EBITDA - *Earnings Before Interests, Taxes, Depreciations and Amortizations*

FASB - *Financial Accounting Standard Board*

FCF - Fluxos de Caixa Futuros

IAS - *International Accounting Standard*

IFRS - *International Financial Reporting Standard*

NCRF - Norma Contabilística e de Relato Financeiro

PI - Perdas por Imparidade

RL - Resultado Líquido do Período

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

UGC - Unidade Geradora de Caixa

WACC - *Weighted Average Cost of Capital*

Índice geral

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos.....	iv
Lista de Abreviaturas.....	v
Índice geral	vi
Índice de tabelas	viii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Contextualização.....	5
1.1 - Ativos Intangíveis	6
1.2 - <i>Goodwill</i>	12
1.3 - Perdas por Imparidade.....	16
Capítulo 2 – Enquadramento Teórico	20
2.1 – Enquadramento Normativo das Perdas por Imparidade.....	21
2.1.1 – NCRF 6 – Ativos Intangíveis	21
2.1.2 – As Perdas por Imparidade na NCRF 12	23
2.1.3 – Enquadramento do Normativo Internacional.....	28
Capítulo 3 – Metodologia.....	30
3.1 – Objetivos e Hipóteses de Estudo	31
3.2 – Desenho do Modelo de Recolha de dados	34
3.3 – Processo de amostragem e de recolha de dados	35
3.4 – Codificação das variáveis e estatísticas a utilizar	35
3.5 – Procedimentos estatísticos a utilizar	37
Capítulo 4 – Estudo Empírico.....	39
4.1 – Caracterização da Amostra.....	40
4.1.1 – Definição da Amostra	40
4.1.2 - Relevância do <i>Goodwill</i> nos elementos das DF's.....	42
4.1.3 – Tipologia dos Movimentos do <i>Goodwill</i>	44
4.1.4 – Reconciliação das Perdas Por Imparidade Acumuladas do <i>Goodwill</i>	46
4.1.5 – Perdas por Imparidade por Setor	47
4.1.6 – Perdas por Imparidade no total do <i>Goodwill</i>	48

4.1.7 – Testes de Imparidade: Abordagem metodológica	51
4.2 - Análise descritiva dos resultados.....	53
4.3 - Estatísticas de comparação de grupos.....	60
4.4 - Estatísticas de associação de variáveis	61
Capítulo 5 – Discussão dos Resultados.....	65
Conclusão.....	71
Referencias Bibliográficas	74
Apêndices.....	78

Índice de tabelas

Tabela 1. Dimensão da amostra	40
Tabela 2. Repartição por segmentos	41
Tabela 3. Distribuição da Amostra por Setor de Atividade (segundo a <i>Euronext</i> Lisboa).....	42
Tabela 4. Relevância do <i>Goodwill</i> na Demonstração da Posição Financeira	43
Tabela 5. Tipologia dos Movimentos ocorridos no <i>Goodwill</i>	45
Tabela 6. Tipologia dos Movimentos nas PI's Acumuladas do <i>Goodwill</i>	46
Tabela 7. Frequência do registo de PI's por Setor.....	47
Tabela 8. Montante relativo de PI's no total do <i>Goodwill</i>	48
Tabela 9. Peso das PI's sobre o <i>Goodwill</i> , por setor de atividade.....	49
Tabela 10. Perdas por Imparidade sobre o <i>Goodwill</i> e Desempenho das Sociedades	50
Tabela 11. Testes de Imparidade no <i>Goodwill</i>	52
Tabela 12. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Empresas do PSI-Geral	54
Tabela 13. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Empresas que reconheceram Perdas por Imparidades do <i>Goodwill</i>	55
Tabela 14. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Empresas que não reconheceram Perdas por Imparidade do <i>Goodwill</i>	56
Tabela 15. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Sector da Indústria	57
Tabela 16. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Sector dos Serviços	58
Tabela 17. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC: Sector do Comércio/Retalho.....	59
Tabela 18. Teste de <i>Mann-Whitney</i> : comparação entre as empresas que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do <i>Goodwill</i>	60
Tabela 19. Teste de <i>Kruskal-Wallis</i> : comparação entre empresas por setores de atividade.....	61
Tabela 20. Testes de <i>Spearman</i> : correlação entre entidades que reconheceram ou não Perdas por Imparidade do <i>Goodwill</i>	62
Tabela 21. Testes de <i>Spearman</i> : correlação entre entidades que reconheceram ou não Perdas por Imparidade do <i>Goodwill</i> mediante o setor de atividade	63
Tabela 22. Resultados do Teste de <i>Mann-Whitney</i>	67
Tabela 23. Comparação das relações entre entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade	68
Tabela 24. Relações entre o Reconhecimento de Perdas por Imparidade e as restantes variáveis	68
Tabela 25. Resultados sintetizados do Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>	69
Tabela 26. Resultados sintetizados do Teste de <i>Spearman</i>	70

Introdução

Este estudo foi elaborado no âmbito da Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças e pretende responder a determinadas questões que se prendem com a problemática das Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Com esta análise pretendemos constatar de que forma as entidades procedem ao seu tratamento contabilístico subsequente, qual o impacto destas nas DFC e de que forma estas contribuem para a formação dos resultados das sociedades.

O estudo das Perdas por Imparidade do *Goodwill* assume elevada importância na medida em que, nos últimos anos, se tem assistido a um número cada vez maior de Operações de Concentração de Atividades Empresariais (CAE's) que configuram a constituição de um *Goodwill*, positivo ou negativo.

Na medida em que este ativo não possui vida útil definida e conseqüentemente não é amortizado, as normas internacionais de contabilidade estabelecem a obrigatoriedade da realização anual ou sempre que se justificar, de testes de imparidade no sentido de aferir acerca do valor recuperável deste e da necessidade de correções á quantia escriturada. Logo este tema afigura-se de extrema importância na medida em que se procura analisar as entidades que efetuaram registos contabilísticos referentes às Perdas por Imparidade do *Goodwill* e o impacto destas nas suas DFC e nos indicadores Económico-financeiros.

Por conseguinte, este estudo tem por objetivo principal analisar as relações e diferenças entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*, no que concerne aos elementos das DFC (Resultados operacionais e líquidos) e Indicadores Económicos e financeiros (Rendibilidade do Ativo e dos Capitais Próprios e Rácios de Endividamento).

O objetivo geral atrás descrito será, por sua vez decomposto em objetivos específicos que passarão pela verificação de relações e diferenças entre o EBIT- *Earnings Before Interests and Taxes*, Rácio de Endividamento e Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Por outro lado, procuraremos segmentar a nossa amostra em setores de atividade (Industria, Serviços e Comércio/Retalho) procurando aqui também verificar relações e diferenças entre as entidades reagrupadas por setor de atividade no que concerne ao EBIT, Rácio de Endividamento e Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Para responder aos vários objetivos identificados, foram elaboradas hipóteses que se prendem com a temática em causa.

A investigação remete-nos para a seguinte interrogação: Será que existem diferenças entre as empresas que reconheceram ou não Perdas por Imparidade do *Goodwill* relativamente aos

vários elementos das demonstrações financeiras nas empresas cotadas na bolsa de Lisboa (PSI-geral), no Período de 2013?

Para responder à questão de investigação efetuamos as seguintes hipóteses de estudo:

Hipótese 1: Existem diferenças estatisticamente relevantes, relativamente ao EBIT, Rendibilidade dos Capitais Próprios e do Ativo e Endividamento entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* na amostra considerada.

Hipótese 2: Existem relações estatisticamente relevantes relativamente ao EBIT, Rendibilidade dos Capitais Próprios e do Ativo e Endividamento entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* na amostra considerada.

Hipótese 3: Existem diferenças estatisticamente relevantes, relativamente ao setor de atividade, nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Hipótese 4: Existem relações estatisticamente relevantes, relativamente ao setor de atividade, nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

No que concerne à amostra recolhida, esta baseou-se na análise dos Relatórios e Contas de 2013 das entidades pertencentes à *Euronext* Lisboa, mercado regulado no qual as entidades pertencentes devem divulgar a sua informação financeira através da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM)¹.

Através destes Relatórios, foi possível extrair toda a informação relevante no que concerne ao *Goodwill* e também no que respeita aos valores mais relevantes das Demonstrações da Posição Financeira Consolidada de tais entidades como o valor do Ativo, dos Ativos intangíveis e dos Capitais próprios,

Esta Dissertação de Mestrado será composta essencialmente por cinco partes.

A primeira parte tem como objetivo introduzir os conceitos de Ativo Intangível, *Goodwill* e Perdas por Imparidade do *Goodwill* através da revisão de literatura, procurando estabelecer uma relação entre estas três dimensões da Contabilidade Financeira.

Numa segunda parte analisaremos o enquadramento legal respeitante ao *Goodwill* e às Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Efetuaremos uma abordagem à NCRF 6 – Ativos Intangíveis, na medida em que se pretende abordar o tratamento contabilístico no que concerne ao reconhecimento e mensuração dos Ativos Intangíveis, e á NCRF 12 – Imparidade de Ativos na medida em que sendo o principal objetivo estudar as imparidades, procuramos efetuar um referencial legal no que concerne aos testes de imparidade a realizar.

¹ [Http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/contas_aneis.cfm](http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/contas_aneis.cfm)

Numa terceira parte apresentamos a Metodologia deste trabalho. Nesta parte começamos por definir o objetivo principal e os objetivos específicos deste estudo. Para tal, desenvolvendo tais objetivos, através deste capítulo foram enunciadas as hipóteses de estudo para testar diferenças e relações entre diversos elementos das DFC dos Relatórios e Contas das sociedades admitidas à cotação na *Euronext* Lisboa. No que concerne ao desenho do modelo de investigação, este partirá da análise dos elementos contabilísticos e financeiros nomeadamente do EBIT, dos totais do Ativo, Passivo e Capitais Próprios, por forma a determinar os Rácios de Endividamento, de Rendibilidade do Ativo e dos Capitais Próprios. Seguidamente são identificadas as variáveis utilizadas nos testes não paramétricos, procurando proceder à sua definição e codificação. Neste capítulo efetuamos uma referência ao *software* IBM SPSS (Versão 21) que servirá de base à realização das estatísticas descritiva das variáveis em estudo e da realização dos testes não paramétricos de *Mann-Whitney*, *Kruskal - Wallis* e teste de correlação de *Spearman*.

Numa quarta parte evidenciamos o estudo efetuado. Esta começará com a caracterização da amostra que inclui as 34 entidades consideradas do total de entidades que compõe o índice bolsista e a relevância do *Goodwill* nas DFC dessas entidades. Pretendemos, através da utilização do *software* IBM SPSS elaborar a estatística descritiva dos dados, calculando para tal, o valor da Média, do Desvio-Padrão, do Mínimo e do Máximo da amostra. São também realizados nesta parte as estatísticas de comparação de grupos (entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*) concretizando os testes de *Mann-Whitney* e de *Kruskal-Wallis* (setores de atividade) e estatísticas de associação de grupos através dos testes de *Spearman*.

Na última parte apresentamos as principais conclusões que se podem retirar dos estudos efetuados fazendo uma aproximação destes à literatura consultada.

Por fim apresentamos a conclusão do trabalho.

Capítulo 1 – Contextualização

1.1 - Ativos Intangíveis

No âmbito das DFC elaboradas pelas empresas, existe um vasto leque de utentes que espera pela informação financeira por estas proporcionada, que lhes permitirão tomar determinadas decisões económicas uma vez que “estes utentes utilizam as demonstrações financeiras a fim de satisfazerem (...) necessidades de informação” (ver Estrutura Conceptual). Estes utentes compreendem nomeadamente: o Estado, as entidades bancárias, os fornecedores, os clientes, o pessoal e o público em geral (Gomes & Pires, 2010). A estes, a Estrutura Conceptual ainda acrescenta os investidores atuais e potenciais (Cravo, Grenha, Baptista & Pontes, 2009).

Os investidores necessitam dessa informação para saber se devem comprar, vender ou deter capital; o pessoal está interessado na liquidez e estabilidade da empresa por forma a elucidá-los acerca da capacidade da empresa em proporcionar remunerações e benefícios pós-emprego; no que toca às entidades bancárias, estas estão interessadas em saber se os seus créditos serão pagos nas datas devidas; os fornecedores também necessitam desta informação na medida em que estão interessados em saber se as suas dívidas serão pagas na data de vencimento; aos clientes interessa saber acerca da continuidade da empresa; relativamente ao Estado, interessa tomar conhecimento das atividades da empresa e rever precauções acerca das políticas de tributação adotadas por esta; e por fim ao público em geral, a empresa proporciona informações que se prendem com a sua atividade e com as suas políticas sociais (Cravo *et al*, 2009).

Estes utentes reclamam, por parte da entidade, um tratamento cada vez mais exclusivo á informação na medida em que esperam obter informações úteis, relevantes e integradas (Bandeira, 2010).

A Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) define as características essenciais para o aumento da utilidade da informação financeira:

- Compreensibilidade;
- Relevância;
- Fiabilidade e;
- Comparabilidade.

A mesma Estrutura Conceptual estabelece no seu parágrafo 12 que o objetivo das Demonstrações Financeiras é o de proporcionar informação acerca da Posição Financeira, através da Demonstração da Posição Financeira (Balanço), do Desempenho Económico e Financeiro, a partir das Demonstrações dos Resultados e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa respetivamente e das Alterações da Posição Financeira. Isto permitirá a apresentação de uma imagem verdadeira e apropriada da entidade.

De forma sintética, segundo Gomes e Pires (2010) os elementos constituintes das Demonstrações Financeiras compreendem:

- Demonstração da Posição Financeira:
 1. Ativo;
 2. Passivo;
 3. Capital Próprio.

- Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções:
 1. Rendimentos;
 2. Gastos.

- Demonstração das Alterações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Anexo.

A Posição Financeira, espelhada através da Demonstração da Posição Financeira, é afetada pelos recursos económicos sobre os quais a entidade tem controlo, pela sua estrutura financeira, pela sua liquidez e solvência e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera (ver Estrutura Conceptual, par 16).

O Ativo para ser considerado como tal deve assumir três pressupostos fundamentais:

- Ser controlado pela entidade;
- Resultante de acontecimentos passados;
- Do qual se esperam que fluam benefícios económicos futuros para a entidade.

A definição atrás descrita aponta para a perspetiva económica presente na Estrutura Conceptual. Sempre que a substância económica e a forma legal não coincidem, deverá ser dada prevalência á substância económica (Cravo *et al*, 2009).

Este é composto por quatro classes distintas:

- Classe 1- Meios Financeiros Líquidos;
- Classe 2- Contas a receber e a pagar;
- Classe 3- Inventários e Ativos biológicos;
- Classe 4- Investimentos.

A Classe 4- Investimentos, a qual mais nos interessa para o estudo, é composta pelos Investimentos Financeiros, pelas Propriedades de Investimento, os Ativos Fixos Tangíveis, os Ativos Intangíveis, os Investimentos em Curso e os Ativos não Correntes Detidos para Venda (Gomes & Pires, 2010).

Focando o estudo na problemática dos Ativos Intangíveis, estes são regulados pela *International Accounting Standard (IAS) 38- Intangible Assets*. Segundo esta norma internacional, um Ativo Intangível “é um ativo não monetário, identificável e sem substância física”.

São denominados de Intangíveis na medida em que não possuem substância física, sendo também designados de incorpóreos (Costa & Alves, 2013). Ainda segundo Costa e Alves (2013), estes itens só devem ter relevância para efeitos de reconhecimento se cumprirem com os critérios da identificabilidade, controlo e criação de benefícios económicos futuros.

A IAS 38, relativamente ao critério da identificabilidade refere, no paragrafo 12, que o ativo é identificável se for separável dos restantes itens da categoria do ativo e puder ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, ou, por outro lado, resultar de direitos contratuais ou legais quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade.

Quanto ao critério do controlo, este está estabelecido nos parágrafos 13 a 16 da IAS 38 e refere que “ uma entidade controla um ativo se tiver o poder de obter benefícios económicos futuros que fluam para a entidade e se possa restringir o acesso de outros a esses benefícios”.

Relativamente aos benefícios económicos futuros, a norma estabelece, no seu parágrafo 17 que estes podem incluir réditos da venda de produtos ou serviços, poupanças de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo por parte da entidade.

Os itens que contabilisticamente incorporam a categoria de Ativos Intangíveis são: o *Goodwill*, Projetos de Desenvolvimento, Programas de Computador, Propriedade Industrial e outros Ativos Intangíveis. Exemplos de bens e direitos que poderão ser relevados aqui são: *software* de computador, patentes, marcas, *copyrights*, listas de clientes, direitos de comercialização, etc. (Costa & Alves, 2013). Rodrigues (2010) integra estes Ativos Intangíveis segundo as seguintes contas/ subcontas: (Conta 44- Ativos Intangíveis), *Goodwill* (Conta 44 1), Projetos de Desenvolvimento (Conta 44 2), Programas de computador (Conta 44 3), Propriedade Industrial (Conta 44 4) e Outros Ativos Intangíveis (Conta 44 6).

Os Projetos de Desenvolvimento englobam os dispêndios que, de acordo com a NCRF 6 – Ativos Intangíveis, possam ser considerados como Ativos Intangíveis (Costa & Alves, 2013). Importa referir que a NCRF 6 distingue a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento, referindo que nenhum Intangível proveniente da fase de pesquisa deve ser reconhecido, ou seja, deve ser reconhecido como um gasto quando incorrido (paragrafo 53 da NCRF 6). São exemplos de gastos incorridos decorrentes da fase de pesquisa, atividades visando a obtenção de novos conhecimentos, a procura de alternativas para materiais, aparelhos, produtos, processos, sistemas ou serviços, entre outros, gastos estes que quando ocorridos devem ser contabilizados como gastos do período.

Por outro lado, um Ativo que provenha da fase de desenvolvimento pode ser reconhecido como Ativo Intangível sendo relevado na conta 44 2- Projetos de Desenvolvimento, se cumprir com os critérios definidos no parágrafo 56 da NCRF 6:

- a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- b) A sua intenção de concluir o Ativo Intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- c) A sua capacidade de usar ou vender o Ativo Intangível;
- d) A forma como o Ativo Intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o Ativo Intangível;
- f) A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

Alguns exemplos de atividades de desenvolvimento compreendem a concepção de ferramentas, utensílios, moldes e suportes envolvendo novas tecnologias, construção de protótipos, entre outros tal como contemplado no parágrafo 58 da NCRF 6.

Outra importante componente dos Ativos Intangíveis compreende a conta Programas de Computador (Conta 44 3) compreendendo dispêndios com a aquisição de *Software*, destinados à atividade operacional da empresa, sobre o qual incide uma vida útil superior a um ano (Costa & Alves, 2013).

Outra componente de elevada importância nos Ativos Intangíveis prende-se com a Propriedade Industrial (Conta 44 4). Segundo Costa e Alves (2013), a Propriedade Industrial é um direito que permite assegurar o uso exclusivo sobre determinada invenção ou um sinal para distinguir produtos e empresas no mercado. Segundo estes autores, a Propriedade Industrial, juntamente com os Direitos de Autor e os Direitos Conexos, constituem a Propriedade Intelectual. A este propósito, Edvinsson e Sullivan (1996), definiram Capital Intelectual como sendo o “conhecimento que pode ser convertido em valor (...) compreendendo invenções, ideias, conhecimentos em geral, *designs*, programas de computador, processos e publicações”.

Estes dois autores referem que o Capital Intelectual agrupa dois grandes componentes: Recursos Humanos e Capital Estrutural (incluindo Ativos Intelectuais). Recursos humanos compreendem a capacidade coletiva dos empregados para resolver os problemas dos clientes incluindo experiência, competências, e *Know-how* de todos os funcionários.

Por outro lado, os Ativos Intelectuais são definidos como sendo “as descrições físicas e tangíveis do conhecimento específico das quais a empresa pode usar os seus direitos de propriedade”, que poderão ser diretamente transacionáveis. Estes estão agrupados em três segmentos:

- Ativos comercializáveis (produtos e serviços);
- Ativos relacionados com clientes (Acordos e relações);
- Ativos relacionados com a estrutura (Planos e processos).

Brooking (1996), citado por Bandeira (2010), agrupa o Capital Intelectual em quatro subgrupos:

- Ativos de mercado: estes ativos relacionam-se com os Ativos Intangíveis que mais interagem com o mercado em que a sociedade se insere, tais como marcas, clientes e sua fidelização, canais de distribuição e negócios tanto correntes como em curso;
- Ativos Humanos: estes ativos são fornecidos pela experiência, criatividade e conhecimentos, fornecidos pelos funcionários, bem como a capacidade para resolver impasses com clientes, de forma coletiva e dinâmica;
- Ativos de infraestrutura: aqui são incorporadas as tecnologias, os sistemas de informação, os métodos de gestão, entre outros, aplicados na empresa;
- Ativos de propriedade intelectual os quais estão cobertos por proteção legal, proporcionando ao seu proprietário a obtenção de benefícios, tais como *Know-how*, segredos industriais, patentes e *designs*:

Por outro lado, Cañibano, Covarsi e Sanchez (1999) dividem o Capital Intelectual em três categorias:

- Capital Humano: referente á qualificação, formação, satisfação, rotação e flexibilidade dos colaboradores;
- Capital Relacional: relacionado com a satisfação dos clientes;
- Capital Estrutural: abarcando as atividades de Investigação e Desenvolvimento (I &D)

Costa e Alves (2013) referem que contabilisticamente e á luz do SNC, a Propriedade Industrial inclui patentes, marcas, licenças, concessões e direitos de autor bem como contratos semelhantes.

Por fim, outros ativos poderão incluir contratos de *Franchising* (Costa & Alves, 2013).

Segundo Monteiro (1984), citado por Vasconcelos (2000), um contrato de *Franchising* “será o contrato mediante o qual, o produtor de bens e/ ou prestador de serviços concede a outrem, mediante contrapartidas, a comercialização dos seus bens, através da utilização da marca e demais sinais distintivos do comércio do primeiro e segundo, o plano, método e diretrizes prescritas por este, que lhe fornece o conhecimento tecnológico e regular assistência”.

Relativamente à mensuração dos Ativos Intangíveis, segundo Costa e Alves (2013), um Ativo Intangível adquirido separadamente deve ser registado pelo critério do custo.

Quanto ao custo reconhecido, a IAS 38 refere no parágrafo 27 que o custo de um ativo intangível adquirido separadamente engloba o preço de compra, direitos de importação,

impostos não reembolsáveis, e por outro lado qualquer custo atribuído á preparação do ativo para o seu uso efetivo.

De referir que o Ativo Intangível se tem tornado cada vez mais relevante na estrutura patrimonial da empresa. Para Bandeira (2010), itens tais como a gestão do conhecimento, do talento e da aprendizagem fomentam a criação de valor para as empresas e consequentemente ditam a sobrevivência sustentável das empresas no mundo atual, proporcionando uma vantagem comparativa á empresa detentora.

Para algumas entidades, o *Know-how* é visto apenas como um recurso á disposição mas, para outras empresas este é visto como um factor decisivo, um instrumento de gestão, que incorpora uma estratégia no sentido de obter vantagens competitivas (Bandeira, 2010).

Wyatt (2008) repartiu os Ativos Intangíveis em seis categorias:

- Recursos tecnológicos: Despesas de I&D e Propriedade Industrial associada;
- Recursos Humanos/ Capital humano;
- Recursos da Produção:
 - a) Publicidade, marcas e Propriedade Industrial associada;
 - b) Fidelidade dos clientes;
 - c) Vantagens competitivas;
 - d) *Goodwill*.

Metcalf (1998), citado por Wyatt (2008), refere que os recursos tecnológicos destinam-se a desenvolver tecnologias que são o “corpo do conhecimento de como fazer as coisas”. Para Bandeira (2010) em empresas de novas tecnologias de informação, os intangíveis são particularmente importantes para a criação de valor e constituem uma das componentes mais significativas.

Segundo Wyatt (2008), a categoria do Capital Humano está relacionada com o investimento realizado nos empregados. E por fim os recursos da produção estão relacionados com os recursos que a empresa adquiriu em períodos anteriores relacionados com investimentos.

De forma sintética, Gonzalez e Jorge (2005) destacam a ausência de homogeneidade ao nível dos normativos nacionais, já que nenhum país estabelece um tratamento comum para todos os ativos intangíveis. Para Bandeira (2010), o crescimento da economia e globalização levou a que um elemento tão importante na informação financeira, como é a contabilidade, diferisse na sua aplicação de país para país.

Bandeira (2010) aponta diversos modelos de avaliação de ativos intangíveis:

- Modelo do custo;
- Modelo *Balanced ScoreCard*;
- Modelo *Skandia Navigator*;

- Modelo baseado no mercado;
- Metodologia baseada no rendimento;
- Atualização de *Cash-Flows* futuros;
- Metodologia baseada na Teoria das Opções.

O primeiro método baseia-se no custo histórico de aquisição relativamente aos direitos de propriedade intelectual. No que concerne ao *Balanced Scorecard* (BSC) este é considerado um instrumento de gestão que fornece indicadores de desempenho da empresa, os quais serão de curto e longo prazo, internos e externos e financeiros e não financeiros que reflitam os elementos-chave da empresa e a sua ligação com a estratégia. Relativamente ao terceiro modelo, o *Skandia Navigator*, os dois pontos-chave para este modelo localizam-se nos fatores críticos da empresa conjugado com a estratégia da organização. Este modelo permite a medição do capital que é dividido em Capital Humano (conhecimentos, valores, cultura e filosofia da empresa) e Capital estrutural (*Hardware, software, patentes, entre outros*), que suportam a produtividade dos empregados.

O Modelo baseado no mercado atua mediante a comparação entre os valores registados na empresa e o valor dos ativos equivalentes praticados no mercado.

O Modelo baseado no rendimento adiciona ao modelo do custo (Custo histórico) previsões dos benefícios económicos futuros gerados pelo ativo.

Por outro lado, na metodologia baseada na atualização dos *Cash-Flows*, o valor do Ativo Intangível corresponde ao valor atual dos *Cash-Flows* futuros a si associados. Segundo Pitkethly (1997), citado por Bandeira (2010), este modelo tem vindo a ser muito utilizado. Os seus elementos compreendem o valor temporal da moeda e o risco associado á previsão de *Cash-Flows*. Para isso, este modelo recorre a dois elementos fundamentais: taxa de desconto ajustada tendo em conta o risco associado á desvalorização da moeda e por outro lado o ajustamento da previsão dos *Cash-Flows* futuros que atende ao risco associado às mudanças de risco ao longo do tempo.

Por fim o modelo baseado na teoria das opções que tem em conta *call options* e *put options*..

1.2 - Goodwill

O *Goodwill* é um conceito que faz parte integrante dos Ativos Intangíveis.

Tal como referem Costa e Alves (2013), na Concentração de Atividades Empresariais (CAE), que consiste numa “junção de entidades ou atividades empresariais separadas, numa única entidade” quase sempre origina um *Goodwill*.

As CAE's resultam num conjunto de operações e figuras contabilísticas que geram *Goodwill* como sendo: processos de consolidação, fusões por aquisição, aquisições de ativos e aquisições de algumas participações financeiras (Rodrigues, 2003).

Para Barros e Rodrigues (2013), existem diversos fatores que proporcionaram um aumento do número de CAE's nos últimos anos tais como:

- Expansão do número de Sociedades Anónimas (SA's);
- Aumento das Multinacionais;
- Reestruturação de empresas;
- Incremento da competitividade Internacional;
- Constante mutação dos mercados;
- Aumento dos investimentos, por parte das empresas, com vista a garantir *Market Share* e volume de capitais nas sociedades constituídas.

As principais motivações associadas às CAE, segundo Barros e Rodrigues (2014) são:

- Conquista de novos mercados;
- Eliminação ou redução de concorrentes;
- Posse de ativos estratégicos.

Para Rodrigues (2003), existem diversas acessões para o termo *Goodwill* como sendo: fundo de comércio, trespasse, aviamento, sobre valor, ágio negocial patrimonial, diferença de aquisição e diferença de consolidação. Segundo este autor, o *Goodwill* refere-se ao diferencial do premio pago, que reflete a capacidade futura de ganhos resultante da aquisição.

A norma contabilística que em Portugal trata da contabilização do *Goodwill* adquirido através de uma CAE é a NCRF 14- Concentração de Atividades Empresariais, que no seu parágrafo 32 define *Goodwill* como sendo o "excesso do custo da Concentração de Atividades Empresariais acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis".

Bandeira (2010) divide o *Goodwill* em duas vertentes: económica e contabilística. Na primeira, o *Goodwill* é visto como um conjunto de itens intangíveis que não podem ser separados, logo não podem ser objeto de transação independente. Na segunda acessão, este é encarado como sendo a diferença entre o valor pago pela empresa adquirente e o justo valor dos ativos e passivos da adquirida, colocando de parte o valor contabilístico.

Segundo Costa e Alves (2013) o *Goodwill* adquirido poderá ser positivo ou negativo.

Para Pinto (2013), citado por Costa e Alves (2013), um *Goodwill* positivo ocorre quando o valor da transação (custo de aquisição) é superior ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis á data da transação.

Em sentido contrario, o *Goodwill* negativo, também designado por alguns autores de *Badwill*, assume um valor de transação inferior ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis á data da transação.

Bandeira (2010) aponta para a existência de *Goodwill* na maioria das empresas, dotado de grande subjetividade sem que haja uma indicação objetiva do seu valor.

Segundo Bandeira (2010) apenas o *Goodwill* adquirido numa CAE poderá ser contabilisticamente reconhecido, visto que apenas nesta situação foi calculado um valor efetivo e fiavelmente mensurado.

Por outro lado, o *Goodwill* gerado internamente é resultado de uma série de dispêndios que devem ser considerados gastos do período por não se poder quantificar a parte relativa aos benefícios económicos futuros. Segundo Barros e Rodrigues (2013) relativamente aos intangíveis gerados internamente como o *Goodwill*, para efeitos de consolidação de contas, nas contas individuais não são registados, mas nas contas consolidadas alguns já o são sendo que muitos destes intangíveis se encontram reunidos dentro da mesma rubrica *Goodwill*. Segundo estes dois autores, a informação contabilística do grupo é diferente da informação individual na medida em que esta se torna claramente insuficiente.

Hendriksen e Van Breda (1999), citados por Barros e Rodrigues (2013) apontaram para a existência de dois tipos de intangíveis: os identificáveis e os não identificáveis, sendo que o ponto de separação entre os dois conceitos reside na descrição objetiva dos intangíveis em causa. Segundo estes, o *Goodwill* é caracterizado como sendo não identificável especialmente o *Goodwill* gerado internamente. Monsteiro e Coelho (2001), citados por Barros e Rodrigues (2014), referem que os ativos não identificados se tornam identificáveis a partir do momento em que é definida uma descrição detalhada da sua natureza, classificação e critérios de identificação. Os principais ativos intangíveis identificáveis enumerados por Monsteiro e Coelho (2001), citados por Barros e Rodrigues (2014) são a Marca, investimentos em I&D, Direitos de autor e os restantes elementos do Capital Intelectual.

Lamelas (2007), citado por Barros e Rodrigues (2013), enumera algumas características do *Goodwill* consoante a forma e a origem da sua criação:

- *Goodwill* Comercial;
- *Goodwill* Industrial;
- *Goodwill* Financeiro;
- *Goodwill* Político;
- *Goodwill* Negativo ou *Badwill*;
- *Goodwill* Subjetivo;
- *Goodwill* Comprado.

Para Bandeira (2010), o conceito de *Goodwill* está associado à existência de elementos imateriais indissociáveis da empresa a que pertencem tal como, quotas de mercado, entre outros.

Falk e Gordon (1977), citados por Rodrigues (2003), analisaram quatro diferentes concepções para o *Goodwill*:

- Sobre lucro: corresponde ao acréscimo do valor presente do lucro normal esperado dos ativos detidos pela empresa. Considera-se aqui o valor atual do excedente dos proveitos futuros esperados, sobre os proveitos considerados normais;
- *Master Valuation Account*: baseados na teoria de Canning (1929), considera-se o valor do *Goodwill* a diferença entre o valor de aquisição da empresa (como um todo), e o valor dos ativos líquidos identificáveis;
- *Momentum Theory*: segundo Nelson (1953) o *Goodwill* corresponde à força inicial vivida pela empresa adquirida após a aquisição. As características nascidas acrescidas na empresa adquirida proporcionam sinergias para a empresa conjunta tendo como resultado o valor do *Goodwill*. A reputação e opinião pública gerais favoráveis relativamente à concentração gerados a partir dos financiadores, investidores, clientes e outros *Shareholders*, representa o valor do *Goodwill*;
- Resultado da concorrência imperfeita: segundo Sands (1993), o valor atribuído ao *Goodwill* é o resultado de especificações e características particulares da empresa adquirida que isoladamente ou em conjunto levam a condições de vantagem relativa e absoluta do grupo, conduzindo a resultados acrescidos na empresa, devido às condições de concorrência imperfeita traduzindo-se no valor do *Goodwill*. Exemplos apontados pelo autor relativamente aos quais existirá concorrência imperfeita são: as marcas, as patentes, os *copyrights*, marcas comerciais, franchises ou outros similares.

Tal como atenta a IAS 38 no seu parágrafo 48, o *Goodwill* gerado internamente não deve ser reconhecido como um ativo porque, e segundo o parágrafo seguinte, não é identificável, controlado pela entidade e que possa ser fiavelmente mensurado pelo custo.

Tal como referido anteriormente, apenas o *Goodwill* adquirido numa Concentração de Atividades Empresariais é contabilizado (paragrafo 32 e 33 da *International Financial Reporting Standard (IFRS) 3- Business Combinations*), sendo que este não deve ser amortizado mas antes sujeito a testes de imparidade (NCRF 14, paragrafo 35).

Segundo Kohler, citado por Rees e Janes (2012), o *Goodwill* é definido como o valor corrente dos benefícios económicos futuros esperados em excesso do normal retorno nos ativos tangíveis. Assim, Rees e Janes (2012) referem que, numa CAE, o *Goodwill* é mensurado pela diferença entre o valor pago pela empresa adquirente e os justos valores dos ativos líquidos identificáveis tomando consequentemente a forma de ativo residual, ou seja, o montante restante depois de os justos valores terem sido alocados aos ativos e passivos identificáveis da empresa adquirida.

Segundo Ludícibus (1987) citado por Barros (2012), “a maior dificuldade na mensuração do *Goodwill* em particular, reside na prospecção dos fluxos de caixa, existindo determinados entraves tais como a subjetividade na determinação da taxa de desconto e o horizonte temporal em que os benefícios podem ser gerados”.

Para Henry e Holzmann (2012), o montante de *Goodwill* atribuído às unidades específicas da aquisição é o proporcional às expectativas da aquisição procurando entender qual dessas unidades mais beneficiará com as sinergias resultantes da CAE.

Arnold *et al* (1994), citados por Rodrigues (2003) referem que o “*Goodwill* é um dos problemas contabilísticos mais intratáveis na medida em que não existe um verdadeiro conceito deste.

1.3 - Perdas por Imparidade

O tema das Perdas por Imparidade em Ativos é retratado na NCRF 12- Imparidade de Ativos.

Esta estabelece, no seu paragrafo 1, que o seu objetivo é o de clarificar os “procedimentos que uma entidade deve aplicar para assegurar que os seus ativos sejam escriturados por não mais que a sua quantia recuperável”, ou seja, uma Perda por Imparidade, segundo esta norma, só deve ser reconhecida quando a quantia recuperável do ativo, a qual corresponde “à mais alta entre o justo valor de um ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), menos os custos de vender, e o seu valor de uso” (par. 9), for menor que a quantia escriturada, procurando-se reduzir esta para a sua quantia recuperável (par. 28).

Ao nível internacional, somos remetidos para a IAS 36- *Impairment of Assets*. Esta prescreve o tratamento contabilístico a dar às DFC's relativamente ao reconhecimento de Perdas por Imparidade em Ativos. Contudo esta norma requer a realização de Testes de Imparidade anuais para entidades que possuam *Goodwill* resultante de CAE's bem como para Ativos Intangíveis com vida útil indefinida. (Karampinis & Hevas, 2014).

Segundo Karampinis e Hevas (2014) os *Cash-Flows* futuros gerados pelo ativo constituem uma componente fundamental no cálculo da quantia recuperável e do valor de uso, para a realização dos Testes de Imparidade. No cálculo do valor presente dos *Cash-Flows* é tida em conta uma taxa de desconto que deverá ter relevância material (Comiskey & Mulford, 2010). Ainda segundo estes dois autores a quantia recuperável do *Goodwill* e dos Ativos Intangíveis com vida útil indefinida deve ser medida anualmente, independentemente da existência ou não de imparidade.

Segundo Comiskey e Mulford (2010), os elementos chave para a avaliação da Imparidade do *Goodwill* são a unidade de reporte, o seu *Goodwill* subjacente, estimativas para o justo valor do *Goodwill* para cada unidade de reporte e as alocações de justo valor das unidades de reporte a todos os ativos e passivos das unidades incluindo Ativos Intangíveis não reconhecidos.

O Teste de Imparidade deverá ter uma base anual, a não ser que surja algum acontecimento ou circunstância que possa alterar o valor e tem lugar ao nível da unidade de reporte. Em entidades com unidades de reporte únicas, o Teste de Imparidade torna-se simples embora o mais comum seja as empresas possuírem mais que uma unidade de reporte. Por conseguinte, na Demonstração da Posição Financeira, o *Goodwill* deverá ser dividido quantas vezes aquelas em que existirem unidades de reporte com *Goodwill* alocado.

Comiskey e Mulford (2010) concluíram que os Testes de Imparidade variam de empresa para empresa e os pressupostos de cálculo dos mesmos é muito diversificado.

Henry e holzmann, (2012) relativamente aos indicadores de potenciais Perdas por Imparidade no qual o valor recuperável é inferior ao valor escriturado, referem que o *Financial Accounting Standard Board* (FASB) fornece exemplos de possíveis indicadores de que o *Goodwill* possa estar em imparidade:

- Condições macroeconómicas:
 - a) Deterioração das condições económicas em geral;
 - b) Limitação do acesso ao crédito;
 - c) Diversas flutuações nas taxas de cambio ou;
 - d) Outros desenvolvimentos no mercado do crédito.
- Indústria e mercados:
 - e) Deterioração do ambiente em que a entidade opera;
 - f) Aumento do ambiente competitivo;
 - g) Declínio dos múltiplos de mercado/ métricas, em termos absolutos e relativos;
 - h) Alterações nos mercados dos produtos ou serviços onde a empresa labora;
 - i) Desenvolvimentos políticos ou regulatórios.
- Custo dos fatores: na medida em que, uma variação negativa dos custos suportados pela empresa afeta os ganhos e os *Cash-Flows*;
- *Performance* financeira em geral: um decréscimo nos ganhos e nos *Cash-Flows* ou um declínio nos rendimentos comparados com a atual projeção de resultados;
- Outros eventos relevantes:
 - a) Mudanças ao nível da gestão;
 - b) Alterações ao nível do quadro do pessoal especializado;
 - c) Modificações no nível estratégico da gestão;
- Eventos afetando uma unidade de reporte, tais como alterações nos montantes dos ativos líquidos da entidade, registo de perdas por imparidade no *Goodwill* da subsidiária, entre outros;
- Decréscimo ao nível do preço por ação tanto em termos absolutos como relativos.

Para Dias (2010), á luz do que a IAS 36-*Impairment os Assets* transcreve no seu parágrafo 12, os indicadores podem derivar de fontes externas bem como de fontes internas.

Como fontes externas Dias (2010) refere o facto de o valor de um ativo diminuir significativamente, por outro lado alterações na entidade relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal onde a entidade está situada. Por outro lado, aumentos da taxa de juro de mercado e taxas de retorno do capital poderão afetar negativamente a taxa de desconto no cálculo do valor de uso podendo diminuir a quantia recuperável do ativo.

O facto de a quantia escriturada dos ativos ser superior ao valor recuperável também é um indício de que o ativo estará com imparidade.

Relativamente às fontes internas de informação estas podem passar pela degradação do ativo, alterações significativas na entidade e por outro lado a existência de relatórios internos que indiquem que o desempenho de um ativo está pior que o esperado (IAS 36- par 12).

Efetivamente, a partir de 2005, á luz do disposto na IFRS-3, o *Goodwill* passou a ser sujeito exclusivamente a testes de imparidade deixando de ser sistematicamente amortizado, procurando-se com isto aumentar a qualidade e a comparabilidade na contabilização do *Goodwill* (Rodrigues, Carvalho & Ferreira, 2013).

Para Rodrigues *et al* (2013), a subjetividade associada aos Testes de Imparidade implica a aplicação de julgamentos e estatísticas permitindo alguma ambiguidade na aplicação destes testes.

A ambiguidade atrás descrita poderá decorrer de interesses de gestão (Rodrigues *et al*, 2013).

Para Ramanna e Watts (2012), a Teoria da Agência assume um papel de destaque na medida em que os gestores, no âmbito dos julgamentos relativamente aos testes de imparidade, de forma oportuna manipulam as Demonstrações Financeiras através das Perdas por Imparidade de modo a aumentar ou diminuir resultados. Ramanna e Watts (2012) encontraram uma associação entre o não registo de perdas por imparidade com questões de compensações e de reputação dos gestores. Segundo estes autores, numa empresa quanto maior for o numero de unidades de reporte e o tamanho dessas unidades relativamente ao *Goodwill* adquirido, maior será a flexibilidade em alocar *Goodwill*. Os gestores poderão alocar *Goodwill* a unidades de reporte com crescimento baixo para acelerar a perda por imparidade, ou á unidade de reporte com crescimento elevado para atrasar a perda por imparidade.

Para Hayn e Hughes (2006), a abolição da obrigação de amortizar o *Goodwill* passando para a obrigatoriedade de realizar testes de imparidade, dotou a gestão da empresa de maior responsabilidade na determinação do justo valor do *Goodwill* para a tomada de decisão.

Por outro lado, a transição para os testes de imparidade levou a que os investidores avaliassem de forma mais rigorosa o *Goodwill* na medida em que deixou de haver um mecanismo que autovalorizaram o *Goodwill* á medida em que este era amortizado. (Hayn & Hugles, 2006).

Num estudo realizado por estes dois autores, concluíram o seguinte:

- A quantia e a qualidade das divulgações financeiras não permitiam aos investidores, auditores e outros utilizadores da informação financeira avaliar de forma fidedigna as apropriações das determinantes de gestão no âmbito do cálculo das perdas por imparidade do *Goodwill*;
- Por outro lado, as anulações verificadas no *Goodwill* de certas entidades, apenas surgem após um período considerável de tempo decorrido após a deterioração da entidade;
- O novo regime da contabilização subsequente do *Goodwill* não é suscetível de melhorar a informação financeira e dos dados financeiros relativos ao *Goodwill*.

Segundo Comiskey e Mulford (2010), para o efetivo cálculo do valor presente do *Goodwill* para a realização do teste de imparidade, as empresas utilizam maioritariamente dois métodos:

- Método da Projeção dos *Cash-Flows* Descontados (*Discounted Cash-Flows*) para o cálculo do Valor presente;
- Método dos Múltiplos de Mercado.

No método do Valor Presente dos *Cash-Flows*, o cálculo do valor da estimativa engloba diversos componentes tais como o crescimento da receita / lucro espectáveis, taxa de imposto, taxas de desconto e estimativas do valor final. Por norma este método projeta para cinco anos o valor dos *Cash-Flows*.

O método dos múltiplos de mercado envolve a multiplicação de múltiplos ao lucro ou á receita, como sendo o EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*).

Capítulo 2 – Enquadramento Teórico

2.1 – Enquadramento Normativo das Perdas por Imparidade

2.1.1 – NCRF 6 – Ativos Intangíveis

A NCRF 6 - Ativos Intangíveis estabelece os critérios de Reconhecimento e Mensuração de um item para que possa ser considerado como Ativo Intangível.

Antes de partir para o conceito de Ativo Intangível, a NCRF 6 estabelece a definição de Ativo referindo que este é um recurso controlado por uma determinada entidade como resultado de acontecimentos passados e do qual se esperam benefícios económicos futuros (paragrafo 8).

Por outro lado, no mesmo parágrafo, é dada a definição de Ativo Intangível como sendo um “ativo não monetário, identificável e sem substancia física”. Aqui enquadrámos o conceito de *Goodwill* sobre o qual versa o estudo.

O parágrafo 9 da presente norma estabelece alguns exemplos de itens que são englobados nesta categoria de ativos como as patentes, as marcas, as carteiras de clientes, direitos de comercialização, entre outros.

Mas para que estes itens satisfaçam a definição de Ativo Intangível, eles têm de cumprir os critérios definidos no parágrafo 10 da mesma norma, ou seja, os critérios de identificabilidade, controlo e existência de benefícios económicos futuros. Porventura, se o item não cumprir com os critérios atrás definidos, o dispêndio usado para o adquirir é registado como gasto do período a não ser que resulte de uma CAE, entrando no cálculo do valor do *Goodwill* à data de aquisição (paragrafo 10).

Por conseguinte, tal com descrito anteriormente, os três critérios apontados para a validação de um item como intangível são a identificabilidade, o controlo e a existência de benefícios económicos futuros.

O primeiro conceito é abordado nos parágrafos 11 e 12 da NCRF 6. Para cumprir como o critério da identificabilidade o item tem de, por um lado, ser separável, ou seja ser separado de um contrato, ativo ou passivo relacionado, ou por outro, também cumpre com o critério se resultar de direitos contratuais ou outros direitos e esses sejam transferíveis da sociedade (paragrafo 12).

Por outro lado, no âmbito de uma CAE abrangida pela NCRF 14- Concertação de Atividades Empresariais, o critério da identificabilidade é verificado quando, no âmbito do cálculo do *Goodwill*, o item seja separável do valor do mesmo (paragrafo 11).

No que concerne ao critério do controlo, um item satisfaz este critério se, de acordo com o parágrafo 13 da NCRF 6 a entidade que o possui tiver a capacidade de obter os benefícios económicos futuros e poder proteger do acesso de outros.

O último critério assenta na criação de benefícios económicos futuros. O parágrafo 17 refere que os benefícios económicos têm como subjacente a obtenção de renditos da venda de produtos ou outros bens resultantes do uso do ativo pela entidade.

Por conseguinte, satisfeitos os critérios para que o item possa ser considerado como ativo para a entidade, para que este possa ser reconhecido como tal, tem de obedecer ao disposto do parágrafo 18 da norma, ou seja, tem de satisfazer a definição de ativo e tem de satisfazer os critérios de reconhecimento.

Os critérios de reconhecimento apontados no parágrafo 18 da norma prendem-se com fortes probabilidades de os benefícios económicos futuros efetivamente fluírem para a entidade e por outro lado, que o custo do ativo possa ser fiavelmente mensurado tal como definido no parágrafo 21.

No que concerne á mensuração, o Ativo Intangível deve ser mensurado, inicialmente ao custo como refere o parágrafo 24.

Relativamente á aquisição de um Ativo Intangível, em causa poderemos estar perante duas situações particulares: por um lado um Ativo ser adquirido separadamente (paragrafo 25) ou ser adquirido como parte de uma CAE (paragrafo 33). Em termos de mensuração, na primeira situação, o custo do Ativo Intangível engloba o preço de compra e quaisquer custos atribuíveis na preparação do Ativo para o seu uso. Por outro lado, na segunda situação o custo de aquisição corresponde ao justo valor á data de aquisição.

No que concerne á vida útil do ativo intangível, a entidade detentora deve proceder a essa avaliação com vista a definir se esta deverá ser considerada finita ou indefinida (paragrafo 87).

Para ser considerada indefinida deverá haver uma ausência do limite previsível para o período durante o qual se espera que o ativo gere fluxos para a entidade (paragrafo 87).

A NCRF 6 estabelece algumas situações que permitem aferir acerca do tipo de vida útil que o Ativo poderá ter. Alguns dos fatores que estão na base desta decisão prendem-se com a estabilidade do setor onde o Ativo opera, o uso esperado por parte da entidade, o ciclo de vida do Ativo, a obsolescência técnica, comercial ou de outro tipo, ações dos concorrentes, o nível de manutenção exigido pelo Ativo, entre outros fatores preconizados no parágrafo 89 da mesma norma.

No que respeita às amortizações, a norma refere que os Ativos com vida útil finita são amortizados, durante o período de vida útil, ao passo que os ativos com vida útil indefinida não o são. (parágrafos 88, 96 e 106).

Os Ativos que não têm vida útil finita, não sendo amortizáveis, são sujeitos a Testes de Imparidade, aplicando a NCRF 12 - Imparidade de Ativos. Estes testes pressupõem a comparação, anualmente ou sempre que se haja indicação de imparidade, da quantia recuperável com a quantia escriturada do ativo em causa, tal como refere a NCRF 12.

2.1.2 – As Perdas por Imparidade na NCRF 12

A NCRF 12- Imparidade de Ativos estabelece no seu parágrafo 4 os conceitos que estão na base da problemática das Imparidades de Ativos.

A norma define Perdas por Imparidade como sendo o “ excedente da quantia escriturada de um ativo ou de uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) em relação á sua quantia recuperável.

Por conseguinte, da definição atrás descrita poderemos salientar os dois principais conceitos que estão na base do cálculo das Perdas por Imparidade: Quantia Escriturada e Quantia Recuperável.

Como Quantia Escriturada, a norma refere que esta se prende com a quantia que está revelada na Demonstração da Posição Financeira deduzida de amortizações e Perdas por Imparidade Acumuladas.

Por outro lado, no que concerne ao segundo conceito, quantia recuperável, a norma estabelece que esta corresponde à quantia mais elevada entre o justo valor do Ativo menos os seus custos de vender (Valor Realizável Líquido) e o seu valor de uso.

No que concerne aos Ativos Intangíveis com vida útil indefinida, o paragrafo 6 da norma refere que estes devem ser sujeitos a Testes de Imparidade comparando a sua quantia escriturada com a quantia recuperável.

No que toca ao *Goodwill* adquirido através de uma CAE, este também deve ser sujeito anualmente a Testes de Imparidade (paragrafo 6) imputando-o a cada uma das UGC do adquirente, que se espera que beneficiem das sinergias da CAE (paragrafo 40).

Ao avaliar a existência ou não de indícios de imparidade, a entidade poderá recorrer a dois tipos de fontes de informação (paragrafo 7): fontes externas e internas. As fontes externas de informação prendem-se essencialmente com alterações significativas na entidade relativamente ao ambiente tecnológico, de mercado, económico, etc., variações indesejadas nas taxas de juro de mercado do retorno dos investimentos, afetando a taxa de desconto usada no calculo do valor de uso diminuindo materialmente a quantia recuperável e por outro lado a superioridade da quantia escriturada dos ativos em causa relativamente à capitalização de mercado.

Relativamente à Quantia Recuperável, tal como anteriormente referido aquando da sua definição, esta corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso (paragrafo 6).

Por conseguinte, o justo valor menos os custos de vender correspondem ao preço do Ativo num acordo de venda vinculativo, numa transação entre partes sem qualquer relacionamento entre elas (paragrafo 11). No caso de não haver um acordo vinculativo mas o ativo for transacionável num mercado ativo, então este corresponde ao preço de mercado do ativo menos os custos de vender (paragrafo 12). Por outro lado não havendo acordo vinculativo nem um preço de mercado, o justo valor corresponde á melhor informação disponível para refletir a quantia que a entidade poderá obter (paragrafo 13).

Por outro lado, o valor de uso, oponente ao justo valor, é composto pelos seguintes elementos definidos no parágrafo 16 da NCRF 12:

- Uma estimativa dos Fluxos de Caixa Futuros (FCF);
- Expectativas de variações no valor dos FCF;
- Taxa de juro sem risco de mercado representando o valor temporal do dinheiro;
- O preço correspondente á incerteza inerente ao ativo;
- Outros facotes que influenciem o valor dos FCF.

Para o cálculo do valor de uso, os FCF deverão ser baseados em projeções que representem a melhor expectativa das condições económicas durante o período de vida útil do ativo, e em projeções para la do período abrangido pelas previsões mais recentes, utilizando uma taxa de crescimento perpetua (g) (paragrafo 17).

A taxa a utilizar no cálculo do valor presente dos FCF deve refletir, por um lado, o valor temporal do dinheiro e por outro, os riscos para o Ativo em relação às estimativas de FCF (paragrafo 25). Esta taxa poderá ser estimada a partir do Custo Medio Ponderado dos Capitais (WACC) nas entidades cotadas em Bolsa (paragrafo 26).

No que toca às UGC, a NCRF 12 define-as como sendo o “mais pequeno grupo identificável de Ativos que seja gerador de influxos de caixa e que seja em larga medida independente dos influxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos” (paragrafo 4).

A Quantia Recuperável de uma UGC deve ser estimada sempre que não seja possível estimar a quantia recuperável de um ativo individualmente (paragrafo 33). Para tal, estas deverão ser identificadas em cada período económico relativamente ao mesmo Ativo sujeito a teste de imparidade (paragrafo 37).

No que concerne ao *Goodwill* adquirido numa CAE, para ser testado ao nível da imparidade, este deverá ser imputado a cada uma das UGC que se espera que beneficie das sinergias da CAE (paragrafo 40).

Logo, uma UGC á qual tenha sido imputado o *Goodwill*, deve ser testada anualmente ou sempre que exista alguma indicação de imparidade, comparando a Quantia Escriturada da Unidade incluindo o *Goodwill*, com a Quantia Recuperável (paragrafo 44).

Portanto, uma Perda por Imparidade numa UGC deve ser reconhecida se a Quantia Recuperável da unidade for inferior á Quantia Escriturada.

No que respeita a reversões de Perdas por Imparidade, uma entidade deve, a cada data de relato, verificar se há indícios de que a Perda por Imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir. Se se verificar, a entidade deve estimar a nova Quantia Recuperável do Ativo (paragrafo 56).

Contudo, no que respeita ao *Goodwill*, a norma proíbe a reversão de Perdas por Imparidade tal como disposto no parágrafo 64.

No que concerne á metodologia baseada nos *Cash-Flows*, segundo Steiger (2008), o cálculo do valor atual dos *Cash-Flows* descontados, tornou-se recentemente o método mais usado pelas empresas e pelas entidades bancarias.

Segundo o autor, o método denominado *Discounted Cash-Flow* (DCF) traduz-se numa prática que espelha a valorização dos itens, baseando-se em previsões. As suposições que estão na base da utilização deste método englobam:

- A previsão dos *Free Cash-Flows* (FCF), normalmente com um horizonte temporal entre 5 e 10 anos;
- Utilização de uma taxa de desconto baseada na WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) para determinar os FCF descontados de forma a apurar o valor presente.

Ainda neste âmbito, um outro método apontado por Collan e Heikkila (2011) consiste no *Pay-off Method*. Este método está vocacionado para a valorização e análise de ativos que sofrem dificuldades na estimação precisa do tempo e tamanho dos *Cash-Flows* e permitem grande margem de incerteza, tal como as marcas e patentes. Aqui, os *Cash-Flows* são descontados a partir de cenários criados sendo estes normalmente três:

- Melhor aposta do cenário;
- Valor mínimo para o cenário possível;
- Valor máximo para o cenário possível.

Retomando o conceito associado ao principal método utilizado para valorizar os Ativos Intangíveis, o DCF, especialmente indicado para testar o valor do *Goodwill*, utiliza suposições na atribuição de valor aos *Cash-Flows* o que o torna complexo, no cálculo do valor presente (Steiger, 2008).

A taxa de desconto a utilizar e tal como sustenta a NCRF 12 no seu parágrafo 26, para entidades cotadas em bolsa, uma taxa apropriada para assumir o papel de taxa de desconto assenta no Custo Medio Ponderado dos Capitais (WACC) (Steiger, 2008).

A WACC é dada pela seguinte expressão:

$$WACC = \frac{C}{D+C} * COE + \frac{D}{D+C} * COD, \text{ em que:}$$

C – Total dos Capitais Próprios

D - Endividamento ao Exterior

COE – Custo do Capital Próprio

COD – Custo do Endividamento ao Exterior

O cálculo do Custo do Capital Próprio é suportado pelo Modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*). Este é dado pela seguinte expressão:

$$COE = r_f + \beta(r_m - r_f), \text{ em que:}$$

B – Nível de risco

r_f – Rendibilidade do Ativo sem risco

r_m – Rendibilidade do mercado

À valorização do β (Beta) resulta da análise de uma regressão linear onde o excesso do retorno dos investimentos é uma variável dependente e o excesso do retorno dos mercados é uma variável independente. O Beta corresponde à inclinação da regressão linear. (Steiger, 2008)

O r_f representa a rendibilidade do Ativo isento de risco, ou seja, o investidor está convicto de que os retornos que espera obter não correm risco de incumprimento (Silva, 2011).

O r_m corresponde á rendibilidade do mercado.

O Custo do Endividamento ao exterior (COD) corresponde á taxa a pagar pelas empresas nas dívidas ao exterior. O fator que mais influencia a COD é o *rating* da empresa. (Steiger, 2008)

A expressão que define o COD é a seguinte:

$$COD = i * (1 - t), \text{ sendo:}$$

i – taxa de juro sobre a divida pendente

t – taxa efetivamente paga pela empresa

De forma mais detalhada, podemos apresentar a expressão da WACC da seguinte forma:

$$WACC = \frac{C}{D + C} * (rf + \beta(rm - rf)) + \frac{D}{D + C} * (i * (1 - t))$$

Pela análise das expressões que estão na base do cálculo do valor de uso, conclui-se que o DCF é um modelo muito vulnerável a mudanças nos pressupostos assumidos na medida em que é fácil manipular o modelo através dos *inputs* utilizados (Steiger, 2008).

Segundo Avallone e Quagli (2015), aquando da atualização dos *Cash-Flows* futuros, dever-se-á proceder ao apuramento do Valor Terminal (VT) dos *Cash-Flows* que fluirão das projeções para lá do plano orçamentado (entre 5 e 10 anos), tal como refere o parágrafo 17 da NCRF 12 utilizando uma taxa de crescimento perpetua, denominada “g”.

Segundo Steiger (2008), a combinação da taxa WACC, utilizada para o cálculo do valor presente dos *Cash-Flows* futuros (dentro do horizonte temporal definido nos orçamentos), com a taxa “g” (taxa de crescimento perpetua constante para o desconto dos FCF para lá do período projetado), formam a taxa “r”, para o cálculo do Valor Terminal (VT), dado pela seguinte fórmula:

$$VT = \sum_{n=1}^{\infty} \left(\frac{FCF_{VT}(1+g)^n}{(1+r)^n} = \frac{FCF_{VT}(1+g)}{r-g} \right), \text{ com } r > g$$

Segundo Steiger (2008), o FCF_{VT} corresponde ao *Free Cash-Flow* no momento anterior ao cálculo do VT e o n corresponderá ao número de períodos para lá do período de análise. Esta expressão conduz ao cálculo do VT no período subsequente ao último termo no período de análise, pelo que, o VT deverá ser novamente descontado para o momento presente através da taxa r (Steiger, 2008).

Concluindo, o Valor Presente (VP) dos *Cash-Flows* provenientes do período de análise, no momento 0 (zero) é dado pela seguinte fórmula:

$$VP = \sum_{t=0}^n \frac{FCF_t}{(1+r)^t}, \text{ em que,}$$

t corresponde a cada um dos períodos ate ao final do período de análise (dado por n).

O Valor de Uso será dado pelo VP dos *Cash-Flows* descontados dentro do período de análise juntamente com o VP (descontado para o momento 0) do VT anteriormente calculado para o momento posterior ao término do período de análise.

O VP do VT é dado pela seguinte fórmula:

$$VP_{VT} = \frac{VT}{(1+r)^{n+1}}, \text{ em que}$$

N+1 representa o período posterior ao término da análise, utilizando a taxa r , que resulta da combinação da taxa WACC com a taxa de crescimento perpétua g .

Por conseguinte, o valor presente do horizonte temporal compreendendo o período de análise e os *Cash-Flows* provenientes dos períodos futuros é dado pela seguinte fórmula:

$$VP = \sum_{t=0}^n \frac{FCF_t}{(1+r)^t} + \frac{VT}{(1+r)^{n+1}}$$

2.1.3 – Enquadramento do Normativo Internacional

O Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho é referente à aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade estabelecendo no seu parágrafo 4 a obrigatoriedade de as sociedades que detiverem títulos admitidos à cotação num mercado regulado, num Estado-Membro, elaborarem as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Por conseguinte, no que toca às sociedades quem detêm títulos admitidos à cotação na *Euronext* Lisboa, como é o caso da nossa amostra, estas referem nos seus Relatórios e Contas a observância do disposto do artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1606/2002.

Atendendo ao anteriormente disposto e no que ao Goodwill diz respeito, as Normas internacionais de Contabilidade a adotar são nomeadamente a *International Accounting Standard (IAS) 36 – Impairment of Assets* e a *International Accounting Standard (IAS) 38 – Intangible Assets*.

No que concerne à IAS 36, esta tem por objetivo (parágrafo 1) determinar os pressupostos para que uma entidade registe os seus ativos pela sua quantia recuperável, referindo no mesmo parágrafo que no caso de haver excesso entre a quantia escriturada e a quantia recuperável, estaremos perante uma perda por imparidade.

No que concerne ao uso da metodologia do DCF, a norma refere nos seus parágrafos 30 a 32 a utilização deste no cálculo do valor de uso que servirá de base ao cálculo da Perda por Imparidade.

No que se refere à IAS 38, que deve ser atendida igualmente por estas entidades, tem como principais objetivos, definidos no seu parágrafo 1, a prescrição do tratamento contabilístico relativo aos ativos intangíveis e a observância dos critérios de mensuração e reconhecimento.

Nesta norma estão estabelecidas as definições necessárias para a compreensão da mesma (parágrafo 8), os critérios de reconhecimento e mensuração (parágrafos 8 a 17 e 21 a 23

respetivamente), a vida útil a atribuir aos ativos intangíveis, ente outros itens que deverão ser tidos em conta pelas entidades no que concerne a estes.

Capitulo 3 – Metodologia

No decorrer da revisão bibliográfica, verificou-se existirem divergências quanto ao reconhecimento e mensuração de Perdas por Imparidade no *Goodwill*. Pretendemos testar as hipóteses, tendo por base os Relatórios e Contas divulgados pelas empresas da amostra bem como os seus rácios financeiros e de endividamento, obtidos a partir da informação extraída das DFC's.

Este capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia a utilizar nesta investigação, descrevendo os objetivos e hipóteses de investigação, o desenho e método de investigação adotado, os procedimentos de recolha e tratamento de dados, assim como a caracterização da amostra.

3.1 – Objetivos e Hipóteses de Estudo

Neste ponto procedemos à elaboração dos objetivos que irão guiar a presente investigação. Como tal, o objeto de estudo compreende os vários elementos das DFC's e rácios calculados a partir das mesmas, nas empresas cotadas na bolsa de Lisboa (*Euronext Lisboa*) mediante o reconhecimento e mensuração de Perdas por Imparidade no *Goodwill*. Para o efeito, estipulamos a seguinte hipótese principal: Existem diferenças estatisticamente relevantes entre as empresas que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade relativamente aos vários elementos das DFC nas empresas cotadas na bolsa de Lisboa?

Neste sentido, propomos para esta investigação os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar as empresas cotadas na bolsa de Lisboa (*Euronext Lisbon*), tendo em consideração os vários elementos das demonstrações financeiras;
2. Analisar se existem diferenças entre as empresas que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade do *Goodwill*, no que concerne ao EBIT, rácio de Endividamento, Rendibilidade do Capital Próprio e do Ativo;
3. Analisar se existem diferenças entre as empresas, divididas por setor de atividade (Indústria, Serviços e Comércio/Retalho), no que respeita ao EBIT, rácio de Endividamento, Rendibilidade do Capital Próprio e do Ativo;
4. Investigar possíveis relações entre EBIT, rácio de Endividamento, Rendibilidade do Capital Próprio e do Ativo nas empresas cotadas na bolsa de Lisboa (PSI-geral);
5. Investigar possíveis relações entre EBIT, Endividamento, Rendibilidade do Capital Próprio e do Ativo entre as empresas que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

De acordo com os objetivos propostos e em consonância com o estudo elaborado por Martins *et al* (2014), o estudo desenvolveu-se pela criação de hipóteses no que concerne ao reconhecimento e mensuração de Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Relativamente ao primeiro objetivo, dado o seu carácter descritivo, não possui qualquer hipótese associada. Para os restantes objetivos, formularam-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Existem diferenças estatisticamente significativas relativamente ao EBIT, Rendibilidade dos Capitais Próprios e do Ativo e Endividamento entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* na amostra considerada.

O estudo efetuado por Fernandes (2007) sustenta que são as entidades que melhores e piores desempenhos têm, que mais praticam gestão de resultados. As primeiras visando manter o seu bom desempenho, e as segundas procurando inverter o seu mau desempenho. As empresas cotadas em bolsa apresentam práticas de gestão de resultados menores do que as que não pertencem na medida em que sofrem um maior escrutínio dos *Stakeholders*.

Para Martins *et al* (2014), são as entidades que apresentam maior EBIT que reconhecem Perdas por Imparidade no mesmo ano.

No que se refere aos rácios, segundo Vila (2012), estes constituem uma ferramenta para avaliar as DFC's. Estas relatam a posição financeira das empresas num determinado período de tempo e sobre as suas operações passadas. Esta análise consiste em estabelecer uma serie de relações entre diferentes rubricas das DFC, permitindo quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações temporais.

Martins *et al* (2014) concluíram que não existem diferenças significativas para os rácios de Rendibilidade do Ativo entre entidades que reconhecem e não reconhecem perdas por imparidade.

No que se refere ao rácio de Endividamento, estes autores também concluíram não existirem diferenças entre este e as entidades que reconhecem ou não Perdas por Imparidade.

Hipótese 2: Existem relações estatisticamente significativas relativamente ao EBIT, Rendibilidade dos Capitais Próprios e do Ativo e Endividamento entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* na amostra considerada.

No estudo elaborado por Fernandes (2007) constatou-se que as entidades pertencentes aos índices bolsistas tendem a ter menores práticas de gestão de resultados na medida em que estão mais sujeitas ao escrutínio dos *Shareholders* e dos *Stakeholders*.

Rodrigues *et al* (2013) referem que as entidades pertencentes ao índice PSI 20 tendem a reconhecer menos perdas por imparidade em consistência com uma estratégia de alisamento de resultados, sendo que a decisão de reconhecer ou não perdas por imparidade não se deve apenas a fatores económico-financeiros mas também a interesses de gestão, aproveitando alguma ambiguidade das normas.

Conceição (2009) estudou a hipótese da relação do endividamento relativamente à adoção do justo valor referente a entidades cotadas em bolsa que adotaram as IAS/IFRS.

Para Martins *et al* (2014) existe uma relação com significância estatística entre o valor do EBIT e o total de imparidades.

Segundo Watts e Zimmerman (1990), ao longo dos anos, os rácios tornaram-se uma fonte explicativa para a variação das estruturas empresariais entre setores de atividade. Segundo estes autores, no rácio Dívida/Capital Próprio (*Debt to Equity*), quanto maior o seu valor, maior a predisposição para os gestores utilizarem métodos para incrementar os resultados. Esta hipótese foi também avançada em Portugal por Albuquerque *et al* (2011), mas relativamente às imparidades em investimentos não financeiros.

Para Martins *et al* (2014) não existe uma relação significativa relativamente à Rendibilidade do Ativo e dos Capitais Próprios entre entidades que reconhecem e não reconhecem perdas por imparidade. Segundo estes autores, tal como referido para a rendibilidade do ativo, também para a rendibilidade do capital próprio não existe uma correlação que permita aferir acerca da significância estatística pelo que não existe a confirmação da existência de relação entre a rendibilidade do capital próprio e o registo de perdas por imparidade.

Hipótese 3: Existem diferenças estatísticas relevantes, relativamente ao setor de atividade, nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade no *Goodwill*.

Ao estudar os efeitos dos fatores internacionais nos resultados das empresas, Ball *et al* (2000) fazendo a comparação entre países que se regem pela *Common Law* (Pe. EUA, RU, Canadá e Austrália) e países abrangidos pela *Code Law* (Pe. França, Alemanha e Japão) fazem uma comparação no que concerne aos setores em que se enquadram as entidades em estudo.

Rodrigues *et al* (2013), no âmbito da mensuração subsequente do *Goodwill*, no tratamento contabilístico das perdas por imparidade associadas a este, procederam à repartição em setores de atividade conforme o disposto na *Euronext* Lisboa.

Conceição (2009) também separou a sua amostra por setores de atividade no que concerne à adoção pelo justo valor de entidades ligadas ao setor financeiro, uma vez que este critério conduz a um aumento de resultados e ao valor do ativo líquido.

Por outro lado, Martins *et al* (2014), também subdividiram a amostra no que respeita aos setores de atividade referindo que entidades com CAE 4 apresentam valores superiores -às entidades com CAE 6 relativamente ao reconhecimento de perdas por imparidade.

Hipótese 4: Existem relações estatisticamente relevantes, relativamente ao setor de atividade, nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade no *Goodwill*.

Para Martins *et al* (2014) foram criadas hipóteses no que toca á associação entre as perdas por imparidade e o tipo de setor na medida em que estas perdas estão associadas a políticas contabilísticas conservadoras. No seu modelo apresentado, apenas alguns tipos de perdas por imparidade apresentam correlação estatisticamente significativa com o tipo de atividade.

3.2 – Desenho do Modelo de Recolha de dados

Este estudo empírico pretende evidenciar o reconhecimento e mensuração das Perdas por Imparidade relacionadas com o *Goodwill*.

Martins *et al* (2014) também estudaram esta temática, relacionando as Imparidades com fatores tais como o EBIT, a Rendibilidade do Ativo e do Capital Próprio e o tipo de atividade económica das entidades.

Para o efeito, as hipóteses inumeradas foram estabelecidas com base nos seguintes elementos contabilísticos:

- Reconhecimento e mensuração de perdas por imparidade do *Goodwill*, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- EBIT- *Earnings Before Interests and Taxes*, ou seja resultados antes de resultados financeiros e impostos também denominados de Resultado Operacional;
- Rendibilidade do Ativo e do Capital Próprio. Pressupõem a utilização dos totais do Ativo e do Capital Próprio além da consideração do Resultado Líquido do Período
- Setor de Atividade em que a entidade opera;
- Critérios de mensuração das imparidades

Todos estes fatores aglomeram as variáveis a estudar sendo que analisamos a informação financeira presente nos Relatórios e Contas das entidades pertencentes á *Euronext* Lisboa no Período económico de 2013, recorrendo para tal à consulta da informação prestada á CMVM por tais entidades.

O presente estudo assume uma metodologia quantitativa, com um desenho de investigação observacional e transversal do tipo descritivo e analítico (Ribeiro, 2010), procurando assim descrever os elementos que estão presentes nas DFC's de 2013, assim como os efeitos e as relações existentes entre ambos os elementos. Nos estudos do tipo descritivo iremos adotar os métodos descritivos e de comparação de grupos, procurando assim comparar quer empresas que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade do *Goodwill*, e por sector de

atividade. Nos estudos do tipo analíticos, iremos adotar os estudos de correlação, procurando assim compreender as relações existentes entre os vários elementos financeiros em estudo.

3.3 – Processo de amostragem e de recolha de dados

Para iniciar o processo de recolha de dados surge a necessidade de definir determinados conceitos. Um conceito que deverá ser definido com clareza é o de população. Este é definido como sendo um conjunto de dados exaustivo que corresponde a uma grandeza sendo que a amostra consistirá na extração de algumas entidades pertencentes à população (Ferreira, 2005). No nosso caso em concreto, a população é constituída pelas entidades que constituem o PSI-Geral no Período económico de 2013.

A amostragem consiste no processo de recolha de dados. Neste sentido, para o nosso estudo optamos por uma amostra não probabilística intencional, sendo incluídas todas as empresas que estavam cotadas na bolsa de Lisboa (*Euronext Lisbon*). Como critérios de exclusão, consideramos a natureza jurídica destas, sendo excluídas as entidades de natureza financeira (Empresas bancárias), desportiva (sociedades anónimas desportivas) e as entidades que não apresentavam *Goodwill* à data de Balanço.

A recolha dos dados partiu da CMVM procurando analisar todos os Relatórios e Contas das entidades pertencentes ao Índice bolsista, o PSI-Geral, que prestaram informação financeira relativamente ao Período económico findo em 2013.

3.4 – Codificação das variáveis e estatísticas a utilizar

As variáveis estatísticas a utilizar foram as utilizadas conforme o disposto em Conceição (2009) e Martins *et al* (2014), no que se refere à mensuração e reconhecimento de Perdas por Imparidade.

Por conseguinte, para a elaboração das hipóteses atrás descritas foram definidas as seguintes variáveis:

Quadro 1. Codificação das variáveis recolhidas

Código da Variável	Definição	Fonte
<i>Goodwill</i>	Quantia escriturada do <i>Goodwill</i>	Relatório e Contas: Demonstração da Posição Financeira
Ativo Intangível 2012	Total do Ativo relativo ao Período de 2012	Relatório e Contas: Demonstração da Posição Financeira
Ativo Intangível 2013	Total do Ativo relativo ao Período de 2013	Relatório e Contas: Demonstração da Posição Financeira
Capital Próprio 2012	Total do Capital Próprio de 2012	Relatório e Contas: Demonstração da Posição Financeira
Capital Próprio 2013	Total do Capital Próprio de 2013	Relatório e Contas: Demonstração da Posição Financeira
Passivo 2013	Total do Passivo de 2013	Relatório e Contas: Demonstração da Posição Financeira
Imparidades do Período	Total das perdas por imparidade do <i>Goodwill</i> em 2013	Relatório e Contas: Demonstração dos Resultados
EBIT 2013	Resultado Operacional relativo a 2013 (antes de gastos líquidos de financiamento e de impostos)	Relatório e Contas: Demonstração dos Resultados
Resultado Líquido 2013	Resultado Líquido relativo a 2013	Relatório e Contas: Demonstração dos Resultados

Fonte: Elaboração Própria

No que toca a algumas hipóteses, surgiu a necessidade de criar variáveis que não foram recolhidas diretamente nos Relatórios e Contas mas sim calculados a partir de outras. Tais variáveis encontram-se indicadas no quadro seguinte:

Quadro 2. Codificação das variáveis calculadas

Código da Variável	Definição
Rendibilidade do Ativo	Rendibilidade do ativo dado pela divisão do EBIT2013 pelo TotalAtivo2012
Rendibilidade do Capital Próprio	Rendibilidade do Capital Próprio dada pela divisão entre RL2013 e CP2012
Rácio de Endividamento	Grau de Endividamento dado pelo quociente entre Passivo 2013 e Capital Próprio 2013

Fonte: Elaboração Própria

3.5 – Procedimentos estatísticos a utilizar

Seguidamente, os dados recolhidos foram inseridos e tratados numa base criada para o efeito através do programa estatístico IBM SPSS versão 21.0.

Atendendo aos objetivos propostos e hipóteses formuladas, para responder ao primeiro objetivo que visa caracterizar as empresas cotadas na bolsa de Lisboa (*Euronext Lisbon*), tendo em consideração os vários elementos das DFC, serão adotadas estatísticas descritivas, nomeadamente as medidas de dispersão central, que inclui a média, desvio-padrão, mínimo e máximo (Ribeiro, 2010). Para os restantes objetivos serão realizados testes de hipóteses. Neste sentido, uma vez que possuímos uma amostra de 34 empresas, não se verificando uma distribuição aproximadamente normal para nenhuma das variáveis em estudo, adotamos estatísticas não paramétricas.

Para testar a hipótese que procura comparar as empresas que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade relativamente às variáveis em estudo será utilizado o Teste de *Mann-Whitney*, que visa comparar variáveis entre dois grupos independentes (Ribeiro,2010; Marôco, 2010)

Para testar as diferenças relativamente às variáveis em estudo entre as empresas por sector de atividade (Indústria, Serviços e Comércio/Retalho), será utilizado o teste de *Kruskal-Wallis*,

que nos permite comparar três ou mais grupos independentes (Ribeiro, 2010). Se obtivermos algum resultado significativo, iremos realizar testes de *Mann-Whitney* com a correção de *Bonferroni* para testar as diferenças dois a dois.

Para testar as diferenças relativamente às variáveis em estudo entre as empresas por sector de atividade (indústria, serviços e comércio/retalho) será utilizado o teste de *Kruskal-Wallis*, com recurso à Correção de *Bonferroni*, que nos permite comparar três ou mais grupos independentes (Ribeiro, 2010)

Para testar as hipóteses relativamente as relações entre as variáveis em estudo na nossa amostra global, assim como nos grupos de empresas que reconheceram e não reconheceram perdas por imparidade do *Goodwill*, será utilizado o teste de correlação de *Spearman* que estuda a associação existente entre as várias variáveis (Marôco, 2010).

Capitulo 4 – Estudo Empírico

4.1 – Caracterização da Amostra

Neste ponto iremos atentar ao estudo elaborado por Rodrigues *et al* (2013), no que concerne ao reconhecimento e mensuração de Perdas por Imparidade do *Goodwill*, mas para o Período económico de 2013.

4.1.1 – Definição da Amostra

Por conseguinte, o estudo abrangeu um vasto leque de entidades do PSI-Geral, o qual engloba o PSI-20 e restantes empresas admitidas á cotação no mercado regulamentado da *Euronext* Lisboa (ver Apêndice).

Decidimos por conseguinte definir a dimensão da amostra, excluindo algumas categorias de empresas, tal como definido na Tabela 1:

Tabela 1. Dimensão da amostra

Definição da amostra/ Exclusões	
Sociedades com Valores Cotados	47
Sociedades Excluídas:	
SAD's	3
Instituições Bancárias	5
Sociedades s/ <i>Goodwill</i>	5
Total	34

Fonte: Elaboração Própria

Da Tabela 1 retemos que, foram considerados no total de empresas os grupos económicos que aprovaram os seus Relatórios e Contas de 2013 comunicando e disponibilizando a sua informação financeira á CMVM.

Da lista de entidades com títulos admitidos á cotação excluímos a entidade Portucel, SA pelo facto de se encontrar abrangida no Perímetro de Consolidação da sua Empresa-mãe no Período económico de 2013, o Grupo Semapa, não publicando informação financeira separada.

Posteriormente, de forma a focar o estudo na mensuração do *Goodwill*, excluímos 13 empresas, sendo este número composto por três Sociedades Anonimas Desportivas (SAD's) e 5 entidades bancárias, dadas as suas especificidades económico-financeiras, e cinco entidades das quais não constava o valor do *Goodwill*, o que fez um total de 34 empresas.

A Tabela 2 faz a repartição da amostra pelo segmento das empresas pertencentes ao PSI- 20 e as restantes, perfazendo o PSI-Geral:

Tabela 2. Repartição por segmentos

Distribuição p/ PSI 20	Nº Empresas	% Empresas
Dentro do PSI 20	14	41,18%
Fora do PSI 20	20	58,82%
Total	34	100%

Fonte: Elaboração Própria

Poderemos evidenciar que, da amostra de 34 entidades, 14 (41,18%) pertencem ao grupo das 20 maiores empresas do Índice Bolsista, e vinte (58,82%) agregam o restante conjunto de empresas que compõe o mercado.

Um outro fator caracterizador da amostra consiste em evidenciar o tipo de atividade económica exercida por cada uma, procurando então, repartir a respetiva amostra pelos diversos sectores de atividade, mediante a classificação disponibilizada pelo sítio da Bolsa de Lisboa. A seguinte Tabela 3 agrupa as entidades mediante o tipo de Industria (Sector) e dentro desta o seu Super Sector e Sector correspondente:

Tabela 3. Distribuição da Amostra por Setor de Atividade (segundo a *Euronext* Lisboa)

Industria	Nº	Super Sector	Nº	Sector
Petróleo e Gás	1	Petróleo e Gás	1	Produtores de Petróleo e Gás
Materiais Básicos	5	Recursos Básicos	3	Silvicultura e Papel
			2	Metais Industriais & Mineração
Produtos industriais	8	Construção e Materiais	4	Construção e Materiais
		Bens e Serviços Industriais	1	Produtos Industriais Gerais
			2	Engenharia Industrial
			1	Transporte Industrial
Bens de Consumo	2	Alimentação e Bebidas	1	Bebidas
		Bens de Uso pessoal & Casa	1	Bens de uso doméstico e construção
Cuidados de Saúde	1	Cuidados de Saúde	1	Bens e Equipamentos
Serviços de consumo	7	Retalho	2	Retalho alimentar e de Medicamentos
		Media	3	Media
		Viagens e Lazer	2	Viagens e Turismo
Telecomunicações	3	Telecomunicações	3	Comunicações Moveis
Serviços Públicos	3	Serviços Públicos	3	Eletricidade
Serviços Financeiros	2	Serviços Financeiros	2	Serviços Financeiros
Tecnologia	2	Tecnologia	2	Software e Serviços de Informática
		Total	34	

Fonte: Adaptado de: <http://www.bolsadelisboa.com.pt/cotacoes/accoes-lisboa>

Da análise da Tabela 3 poderemos concluir que o Setor mais relevante é o dos Produtos Industriais com 8 empresas que correspondem aos sectores da Construção e dos Bens e Serviços Industriais. Os sectores dos Serviços de Consumo (Retalho, Media e Viagens e Lazer), e dos Materiais Básicos (Silvicultura e Papel e Mineração) surgem seguidamente como sectores representativos de forma relevante no mercado bolsista de Lisboa.

4.1.2 - Relevância do *Goodwill* nos elementos das DF's

O ponto em análise pretende estudar a influência relativa do *Goodwill* nos elementos das Demonstrações da Posição Financeira das entidades da amostra (ver Apêndice).

A seguinte Tabela 4 demonstra de que forma o *Goodwill* interfere no valor total dos Ativos das entidades em estudo e qual o seu peso relativo na sua Situação Líquida.

Na mesma tabela estão representadas as 34 empresas que possuem *Goodwill* nos seus Ativos e de que forma este influencia o valor dos Ativos Intangíveis, do Ativo Líquido e o seu peso relativo no Capital Próprio:

Tabela 4. Relevância do *Goodwill* na Demonstração da Posição Financeira

Empresa	<i>Goodwill</i>	Peso do <i>Goodwill</i> nos AI's	Peso do <i>Goodwill</i> nos Ativos	Peso do <i>Goodwill</i> nos CP's
Altri, SGPS	265 531 404,00 €	99,93%	21,74%	109,81%
Cimpor, SGPS	1 958 671 000,00 €	98,37%	30,36%	198,33%
Cofina, SGPS	90 952 056,00 €	99,31%	66,30%	504,20%
Corticeira Amorim	5 255 000,00 €	88,35%	0,84%	1,74%
CTT Correios	25 083 869,00 €	65,78%	2,28%	9,09%
EDP	3 295 874 000,00 €	35,35%	7,73%	28,59%
EDP Renováveis	1 255 725 000,00 €	93,33%	9,58%	20,62%
Galp Energia	233 137 000,00 €	13,11%	1,70%	3,63%
Glintt	119 578 927,00 €	73,64%	54,07%	100,25%
Ibersol, SGPS	42 677 991,00 €	73,60%	19,55%	35,73%
Impresa, SGPS	300 892 821,00 €	99,89%	71,32%	237,18%
Inapa	148 535 000,00 €	56,80%	21,96%	76,62%
J. Martins, SGPS	648 361 000,00 €	80,46%	12,72%	39,31%
Luz Saúde (ES Saúde)	94 481 383,61 €	98,68%	19,78%	65,97%
Martifer	12 909 431,00 €	63,24%	1,64%	9,24%
Media Capital	153 567 601,00 €	90,58%	45,89%	119,48%
Mota Engil	133 611 000,00 €	50,08%	3,54%	23,89%
NOS, SGPS	579 894 000,00 €	52,19%	20,07%	54,70%
Novabase, SGPS	23 713 000,00 €	73,88%	11,04%	23,30%
Orey Antunes, Esc	8 745 765,00 €	98,22%	8,94%	32,90%
Portugal Telecom (PT)	380 616 265,00 €	34,65%	3,17%	20,39%
Reditus, SGPS	56 690 855,00 €	68,95%	29,64%	162,18%
REN	3 744 000,00 €	0,10%	0,07%	0,35%
SAG Gest	10 665 400,00 €	81,42%	2,03%	38,25%
SDC Inv	28 128 844,00 €	11,48%	2,88%	82,22%
Semapa	335 700 934,00 €	53,63%	7,73%	27,77%
Sonae	610 187 858,00 €	75,05%	11,14%	31,98%
Sonae Capital	60 982 213,00 €	88,73%	9,63%	19,47%
Sonae Industria, SGPS	81 840 163,00 €	91,61%	6,57%	64,37%
Sonaecom, SGPS	28 434 416,00 €	63,07%	2,32%	2,50%
Sumol + Compal	113 453 853,72 €	28,22%	20,10%	86,71%
Teixeira Duarte	29 706 000,00 €	46,22%	1,07%	8,24%
Toyota Caetano	611 997,00 €	51,17%	0,30%	0,47%
VAA Vista Alegre	4 711 000,00 €	68,38%	3,22%	16,95%
Total Médio		71,27%	9,26%	32,44%

Fonte: Elaboração Própria

De notar que a percentagem média do peso do *Goodwill* nos Ativos Intangíveis se situa nos 71,27% o que demonstra que este constitui um dos mais importantes elementos dos Ativos Intangíveis.

Em termos particulares poderemos destacar que existem entidades que possuem um peso relativo muito superior à média, ou seja quase 100% (Pe. Altri, SGPS, quase 100%; Cimpor, 98,37%; Impresa, SGPS com 99,89%, entre outras), o que demonstra a influência significativa que este item tem na estrutura da empresa. Por outro lado, a contribuir de forma residual para a média estão entidades que possuem um *Goodwill* que representa uma percentagem muito próxima de zero (Pe. REN: 0,10%; Galp Energia: 13,11%, entre outras) apontando para a pouca significância do *Goodwill* na Demonstração da Posição Financeira Consolidada destas entidades.

Por outro lado, em termos médios, o peso do *Goodwill* no total dos Ativos significa apenas 9,26% o que indica uma percentagem baixa no total do Ativo da entidade. Contudo, a influenciar positivamente média, existem entidades que apresentam valores muito superiores a esta, sendo que em algumas entidades o *Goodwill* chega a valer mais de 50% do Ativo da empresa destacando-se as entidades do sector dos Media (Pe. Impresa, SGPS:71,32%; Cofina, SGPS:66,39% e Media Capital: 45,89%).

Por outro lado, em sentido inverso, existem entidades em que o *Goodwill* representa um valor insignificante no total do Ativo (Pe. Corticeira Amorim: 0,84%; Martifer:1,64%; REN:0,07%; Toyota Caetano: 0,30%, entre outros) o que demonstra o baixo nível de significância deste no total do património da entidade.

Por fim, em termos médios, o *Goodwill* representa 32,44% do total do Capital Próprio das empresas em análise. Esta análise é importante na medida em que, e tal como refere Rodrigues (2012), este quociente dá-nos uma ideia do quão pode variar o Capital Próprio a uma possível resposta ao registo de Perdas por Imparidade do *Goodwill* reconhecida na Demonstração da Posição Financeira Consolidada. De referir que, em termos particulares, a media de 32,44% é influenciada por valores extremos tanto superiores como inferiores em relação à média de tal modo que existem entidades em que o *Goodwill* representa mais de 100% do valor do Capital Próprio como é o caso da Cofina SGPS em que o rácio atinge o valor de 504,20%, da Impresa, SGPS (237,18%), da Cimpor (198,33%) ou da Reditus, SGPS (162,18%), entre outros, o que poderá indicar que os resultados anuais dos Testes de Imparidade do *Goodwill* poderão influenciar de forma decisiva o valor dos Capitais Próprios destas entidades. Por outro lado, entidades como Corticeira Amorim (1,74%), Galp Energia (3,63%), REN (0,35%), ou Sonaecom, SGPS (2,54%), entre outras, possuem um valor do *Goodwill* baixo relativamente ao total dos Capitais Próprios o que poderá indicar uma menor vulnerabilidade da empresa relativamente a flutuações do valor das Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

4.1.3 – Tipologia dos Movimentos do *Goodwill*

A seguinte Tabela 5 pretende explicar de que forma, com que frequência e o valor pelo qual a rubrica do *Goodwill* se alterou no Período económico de 2013:

Tabela 5. Tipologia dos Movimentos ocorridos no *Goodwill*

Movimentos no <i>Goodwill</i>	Valor	Nº Empresas	%
Si <i>Goodwill</i>	11 850 024 672,33 €	34	87,18%
Aumentos		13	100,00%
Aquisições	13 499 000,00 €	3	23,08%
Variações Cambiais Positivas	1 091 000,00 €	1	7,69%
<i>Goodwill</i> Gerado	3 986 740,00 €	1	7,69%
Outros Movimentos	333 863,00 €	2	15,38%
Alterações no Perímetro de Consolidação	404 396 000,00 €	1	7,69%
Anulação de PI Acumuladas	26 214,00 €	1	7,69%
Correção no C. Aquisição da CAE de anos anteriores	29 187 380,00 €	2	15,38%
Transferências	2 040 652,00 €	1	7,69%
Conclusão da imputação do Custo da CAE de anos anteriores	13 842,00 €	1	7,69%
Diminuições		36	100,00%
Perdas por imparidade reconhecidas no período	-63 447 983,00 €	10	27,78%
Alienações	-660 153,00 €	2	5,56%
Variações Cambiais Negativas	-476 384 896,00 €	12	33,33%
Outros Movimentos	-52 399 231,00 €	8	22,22%
Alterações no Perímetro de Consolidação	-3 000,00 €	1	2,78%
Atividades descontinuadas	-569 005 562,00 €	3	8,33%
SF <i>Goodwill</i>	11 142 690 764,33 €	34	87,18%

Fonte: Elaboração Própria

Por forma a aferir acerca das alterações de valor que ocorreram e fizeram diferir o saldo inicial do saldo final da rubrica do *Goodwill*, procedemos á análise quantitativa de todos os movimentos, tanto positivos como negativos, que estiveram na base das oscilações verificadas no saldo no início e no final do período contabilístico.

Os movimentos que estão na base do aumento do *Goodwill* prendem-se com aquisições, variações cambiais, correções ao custo de aquisição, entre outros, que afetam positivamente o valor do *Goodwill*.

Do lado inverso alguns dos movimentos que estão na base da diminuição da quantia escriturada prendem-se com perdas por imparidade reconhecidas no período, variações cambiais negativas, atividades descontinuadas, entre outras.

Pela análise do quadro, do lado dos aumentos do valor do *Goodwill* destacamos 13 movimentos criados. O movimento que mais ocorreu foi o das aquisições que levou a que 3 empresas tivessem efetuado correções ao *Goodwill* no valor total de 13.499.000,00 €. De destacar que, o movimento que gerou o maior registo contabilístico foi o das Alterações de Perímetro de Consolidação, no valor de 404.396.000€. Este registo resultou do processo de fusão da Optimus, SGPS com a NOS o que resultou num *Goodwill* bem como da inclusão das subsidiárias da Optimus SGPS no Grupo NOS.

No sentido inverso, os principais movimentos que estiveram na base da diminuição do *Goodwill* e que geraram 36 movimentos foram o reconhecimento de Perdas por Imparidade com 10 movimentos, as variações cambiais negativas com 12 movimentos e outros movimentos não explicados nos Relatórios e Contas com 8 movimentos, entre outros movimentos perfazendo um total de 36. O quadro demonstra que as Perdas por Imparidade do *Goodwill* assumem um importante destaque nos movimentos que estiveram na base das diminuições da quantia escriturada deste. Contudo os movimentos que geraram maior valor foram as variações cambiais negativas (- 476.384.896,00 €) e as atividades descontinuadas com 569.005.562,00 € e três movimentos registados provenientes maioritariamente de empresas do sector da Construção Civil.

4.1.4 – Reconciliação das Perdas Por Imparidade Acumuladas do *Goodwill*

A Tabela 6 procura analisar o comportamento das Perdas por Imparidade do *Goodwill* e de que forma estas variam ao longo do Período económico de 2013:

Tabela 6. Tipologia dos Movimentos nas PI's Acumuladas do *Goodwill*

Tipo de movimentos p/ PI Acumuladas	Nº Empresas	Valor Total
Si Perdas p/ Imparidade Acumuladas		
Empresas c/ Si=o	15	-
Empresas c/ Si>o	19	116 524 550,00 €
Aumentos		
Perdas p/ Imparidade do Período	10	63 447 983,00 €
Sf Perdas p/ Imparidade Acumuladas		179 972 533,00 €

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise das Tabela 6 concluímos que das 34 entidades que possuem *Goodwill*, 19 apresentaram um saldo inicial de Perdas por Imparidade acumuladas do *Goodwill* que transitam de anos anteriores. Por conseguinte, o valor apurado de Períodos económicos anteriores ascende a cerca de 117 milhões de euros. Os grupos económicos que mais contribuíram para este saldo são a Cimpor SGPS (15,45%), a Inapa (10,1%), a Media Capital (13,88%) e a Semapa (16,12%).

A NCRF 12 estabelece no seu parágrafo 60 que uma perda por imparidade reconhecida num período económico não deve ser revertida nos períodos económicos futuros.

Por conseguinte, no Período económico de 2013 o único movimento ocorrido nas Perdas por Imparidade acumuladas do *Goodwill* prendeu-se com um aumento de cerca de 55% de Perdas por Imparidade (reconhecidas no período), resultando num saldo final de cerca de 180 milhões de euros.

4.1.5 – Perdas por Imparidade por Setor

A seguinte Tabela 7 pretende demonstrar, de forma relativa e absoluta o valor de Perdas por Imparidade do *Goodwill* reconhecidas no Período económico de 2013, repartindo para tal a amostra pelos setores de atividade com base na lista da *Euronext* Lisboa.

Tabela 7. Frequência do registo de PI's por Setor

Industria	Super Sector	Nº Emp	Nº Emp c/ PI	Valor	%
Petróleo e Gás	Petróleo e Gás	1			
Materiais Básicos	Recursos Básicos	5	1	610 000,00 €	0,96%
Produtos industriais	Construção e Materiais	4	3	11 442 107,00 €	18,03%
	Bens e Serviços Industriais	4	1	7 727 749,00 €	12,18%
Bens de Consumo	Alimentação e Bebidas	1			
	Bens de Uso pessoal & Casa	1			
Cuidados de Saúde	Cuidados de Saúde	1			
Serviços de consumo	Retalho	2	1	8 078 127,00 €	12,73%
	Media	3	1	2 030 000,00 €	3,20%
	Viagens e Lazer	2			
Telecomunicações	Telecomunicações	3	2	32 433 000,00 €	51,12%
Serviços Públicos	Serviços Públicos	3	1	1 127 000,00 €	1,78%
Serviços Financeiros	Serviços Financeiros	2			
Tecnologia	Tecnologia	2			
	Total	34	10	63 447 983,00 €	100,00%

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise da Tabela 7 podemos concluir que em termos absolutos, os setores de atividade mais representados da amostra são os setores da Construção e Materiais, de Bens e Serviços Industriais, do Retalho e das Telecomunicações, sendo que, do total de entidades de cada sector, o setor da Construção é aquele em que mais se evidenciam empresas que reconheceram Perdas por Imparidade no total de empresas do setor, ou seja, 3 entidades de um total de 4 (75%). Por outro lado, no sector das telecomunicações, das três empresas representadas, duas reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (66,67%).

Em termos de valor poderemos constatar que de entre todos os sectores se destacam 4 pela magnitude da quantia reconhecida: no sector das Telecomunicações, duas entidades foram responsáveis pelo maior reconhecimento da amostra num total de cerca de 32 milhões de euros, representando mais de metade do total de Perdas por Imparidade do *Goodwill* reconhecidas em 2013, destacando-se o Grupo Portugal Telecom (Pharol) com 31 463 milhares de euros e a Sonaecom com 970.000€. Seguem-se os sectores da Construção e Materiais (11.500 milhares de euros), do Retalho (cerca de 8 milhões de euros do Grupo Sonae) e dos Bens e Serviços Industriais (7.727.749 €) referentes á Sonae Industria SGPS.

4.1.6 – Perdas por Imparidade no total do *Goodwill*

A Tabela 8 faz uma abordagem á proporção de Perdas por Imparidade do *Goodwill* no próprio *Goodwill*:

Tabela 8. Montante relativo de PI's no total do *Goodwill*

Empresa	Imparidades Período		Imparidades Acumuladas totais	
	PI's 2013	PI/ <i>Goodwill</i>	PI Acumuladas	PI Acum/ <i>Goodwill</i>
Altri, SGPS	-	-	-	-
Cimpor, SGPS	-	-	18 001 000,00 €	0,92%
Cofina, SGPS	2 030 000,00 €	2,23%	2 030 000,00 €	2,23%
Corticeira Amorim	610 000,00 €	11,61%	610 000,00 €	11,61%
CTT Correios	-	-	4 611 534,00 €	18,38%
EDP	1 127 000,00 €	0,03%	1 127 000,00 €	0,03%
EDP Renováveis	-	-	-	-
Galp Energia	-	-	-	-
Glintt	-	-	1 750 000,00 €	1,46%
Ibersol, SGPS	-	-	1 861 678,00 €	4,36%
Impresa, SGPS	-	-	2 218 000,00 €	0,74%
Inapa	-	-	11 766 000,00 €	7,92%
J. Martins, SGPS	-	-	-	-
Luz Saúde	-	-	-	-
Martifer	4 658 577,00 €	36,09%	4 754 132,00 €	36,83%
Media Capital	-	-	16 172 653,00 €	10,53%
Mota Engil	1 197 000,00 €	0,90%	10 236 000,00 €	7,66%
NOS, SGPS	-	-	-	-
Novabase, SGPS	-	-	1 619 000,00 €	6,83%
Orey Antunes, Esc	-	-	1 988 115,00 €	22,73%
PT	31 463 000,00 €	8,27%	31 463 000,00 €	8,27%
Reditus, SGPS	-	-	206 825,00 €	0,36%
REN	-	-	-	-
SAG Gest	-	-	-	-
SDC Inv	5 586 530,00 €	19,86%	9 192 306,00 €	32,68%
Semapa	-	-	18 779 163,00 €	5,59%
Sonae	8 078 127,00 €	1,32%	14 352 782,00 €	2,35%
Sonae Capital	-	-	1 301 596,00 €	2,13%
Sonae Industria	7 727 749,00 €	9,44%	7 727 749,00 €	9,44%
Sonaecom, SGPS	970 000,00 €	3,41%	8 970 000,00 €	31,55%
Sumol + Compal	-	-	-	-
Teixeira Duarte	-	-	7 449 000,00 €	25,08%
Toyota Caetano	-	-	-	-
VAA Vista Alegre	-	-	1 785 000,00 €	37,89%

Fonte: Elaboração Própria

Das 34 da amostra, apenas 10 reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* no Período económico de 2013. O número de entidades que haviam reconhecido Perdas por Imparidades acumuladas no *Goodwill* até ao início de 2013 cifrava-se nas 19. No final de 2013 o somatório das Perdas por Imparidade do *Goodwill* do Período com aquelas transitaram de Períodos anteriores permitiu concluir que, 29 empresas teriam nas suas Demonstrações financeiras Perdas por imparidade acumuladas.

O quociente das Perdas por imparidade do *Goodwill* no Período sobre o valor do *Goodwill* permite elucidar acerca do reconhecimento de perdas por imparidade em percentagem do *Goodwill*.

Por conseguinte, podemos concluir que as empresas que mais reconheceram Perdas por Imparidade em percentagem do *Goodwill* foram a Corticeira Amorim (11,61%), a Martifer (36,09%), a Soares da Costa (19,86%) e a Sonae Industria SGPS (9,44%). Conclui-se que foram nestes grupos económicos que o valor contabilístico do *Goodwill* foi mais afetado pelo reconhecimento de Perdas por Imparidade.

Por outro lado, no que concerne às Perdas por imparidade acumuladas ate ao final de 2013 inclusive, verificamos que os grupos económicos que mais reconheceram perdas por imparidade em percentagem do *Goodwill* foram os CTT Correios (18,38%), a Martifer (36,83%), a Orey Antunes (22,73%), a Soares da Costa (32,68%), a Sonaecom (31,55%) e a Teixeira Duarte (25,08%).

Estes quocientes permitem obter uma perceção da percentagem de *Goodwill* que foi abatido apo longo dos anos ate 2013 inclusive, á medida que as Perdas por Imparidade foram sendo reconhecidas.

No que concerne ao peso relativo das Perdas por Imparidade do *Goodwill*, estas são analisadas na seguinte Tabela 9:

Tabela 9. Peso das PI's sobre o Goodwill, por setor de atividade

Industria	Imparidade Período	Imparidades Acumuladas
Petróleo e Gás	-	-
Materiais Básicos	11,61%	11,61%
Produtos industriais	7,47%	14,13%
Bens de Consumo	-	37,89%
Cuidados de Saúde	-	-
Serviços de consumo	1,44%	3,73%
Telecomunicações	7,93%	9,88%
Serviços Públicos	0,03%	0,03%
Serviços Financeiros	-	3,35%
Tecnologia	-	2,35%

Fonte: Elaboração Própria

Na Tabela 9 faz-se uma distribuição entre o peso relativo das Perdas por Imparidade do *Goodwill* registadas no Período económico de 2013 sobre o *Goodwill* e as Perdas por Imparidade Acumuladas (2013 inclusive) sobre o *Goodwill* que já haviam sido registadas em períodos anteriores.

Por conseguinte, da Tabela 9 poderemos concluir que, no que concerne às Perdas por Imparidade do *Goodwill* no período, os sectores dos Materiais Básicos, dos Produtos Industriais e das Telecomunicações foram aqueles que abateram maior quantia de *Goodwill* (11,61%, 7,47% e 7,93% respetivamente)

Para estes resultados, os sectores da Construção e das Telecomunicações (através da PT), são aqueles que mais contribuem.

Seguidamente surgem os sectores dos Serviços de Consumo (1,44%) e dos Serviços Públicos (Eletricidade) com 0,03% registando valores insignificantes em relação aos primeiros.

De forma acumulada, poderemos constatar que, á exceção dos Sectores do Petróleo e Gás e dos Cuidados de Saúde, todos os outros sectores apresentam Perdas por Imparidade acumuladas. De entre os valores extraídos da nossa amostra, os sectores que mais se destacam como sendo os sectores que mais abatem quantia ao valor contabilístico do *Goodwill* foram os Bens de Consumo (Retailho) com 37, 89% seguidos dos Materiais Básicos, principalmente através da construção Civil (11,61%), dos produtos industriais (14,13%) e das Telecomunicações (9, 88%).

No que concerne ao peso relativo das Perdas por Imparidade do *Goodwill* sobre os Resultados Líquidos do Período de 2013, atendendo á lista de entidades que compõem o PSI-20 (ver Apêndice), procuramos agrupar, tal como Rodrigues *et al* (2013), as entidades de acordo com dois critérios: se têm resultados positivos ou negativos e se pertencem ou não ao PSI-20.

Daqui resulta a Tabela 10:

Tabela 10. Perdas por Imparidade sobre o *Goodwill* e Desempenho das Sociedades

	PSI-20	PI's 2013		Nº Empresas	Valor do RLP	PI's/RL P
		Valor	%			
RLP>0	SIM	41.865.127,00 €	92,06%	4	2.133.987.891,00 €	1,96%
	NÃO	3.610.000,00 €	7,94%	3	139.597.997,00 €	2,59%
	TOTAL	45.475.127,00 €	100,00%		2.273.585.888,00 €	2,00%
RLP<0	SIM	-	-	-	-	-
	NÃO	17.972.856,00 €	100,00%	3	-200.833.580,00 €	-8,95%
	TOTAL	17.972.856,00 €	100,00%	3	-200.833.580,00 €	-8,95%
Total		63 447 983,00 €		10		

Fonte: Elaboração Própria

Podemos retirar da Tabela 10 que as entidades que apresentaram maiores Perdas por imparidade do *Goodwill* em 2013 foram as entidades pertencentes ao PSI-20 com resultados líquidos positivos. Daqui advém que das entidades que apresentam resultados positivos em 2013, resulta uma percentagem de 92,06% no total das Perdas por Imparidade para este subgrupo. A contribuir para este valor está o Grupo PT (Pharol) com cerca de 30 milhões de euros. Das entidades que têm resultados líquidos positivos não pertencentes ao PSI-20 destacamos o Grupo Cofina SGPS com um valor de 2.030.000€ contribuído decisivamente para o seu subgrupo.

No que toca às entidades com resultados líquidos negativos correspondente ao segundo subgrupo, apenas entidades não pertencentes ao PSI-20 reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (três entidades) destacando-se a Sonae Indústria com 7.727.749 €.

No que concerne ao quociente PI/RLP nas entidades com resultados líquidos positivos, este tem um valor simbólico na medida em que os resultados líquidos das entidades do PSI-20 (destacando-se o Grupo EDP) são bastante elevados em relação ao valor das perdas por imparidade tomando um valor insignificante (cerca de 2%).

Quanto às entidades que apresentam resultados líquidos negativos de destacar as empresas Martifer e Sonae Indústria com prejuízos superiores a 70 milhões de euros contribuindo de forma relevante para o rácio PI/RLP resultando em 8,97%.

4.1.7 – Testes de Imparidade: Abordagem metodológica

No que concerne às Perdas por Imparidade, a IAS 36- *Impairment of Assets* estabelece a forma como se deverá proceder ao cálculo do valor das Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Por conseguinte, os parágrafos 30 a 33 da referida norma atentam ao cálculo do valor de uso referindo que este deverá ser calculado com base em estimativas dos Fluxos de Caixa Descontados (*Discounted Cash Flows*) utilizando uma taxa de desconto apropriada.

A seguinte tabela 12 mostra o tipo de metodologia utilizada por cada empresa no cálculo do valor de uso:

Tabela 11. Testes de Imparidade no Goodwill

Empresa	Vida Útil	Sujeição a testes de Imparidade	Método do teste de imparidade
Altri, SGPS	Indefinida	Sim	Estimativa de F. C. Desc. (PN 7 anos)
Cimpor, SGPS	Indefinida	Sim	Projeção de F.C. Descontados
Cofina, SGPS	Indefinida	Sim	<i>Cash Flows</i> livres Desc. (PN 5 anos)
Corticeira Amorim	Indefinida	Sim	Projeção de F.C. Descontados a 3 anos
CTT Correios	Indefinida	Sim	<i>Equity Value/ DCF</i>
EDP	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados
EDP Renováveis	Indefinida	Sim	DCF
Galp Energia	Indefinida	Sim	<i>Discounted Cash Flow</i> (DCF)
Glintt	Indefinida	Sim	Valor presente dos F.C. Futuros
Ibersol, SGPS	Indefinida	Sim	Metodologia WACC
Impresa, SGPS	Indefinida	Sim	<i>Discounted Cash Flow</i> (DCF) (PN 5 ANOS)
Inapa	Indefinida	Sim	Projeção de C.F. futuros (5 anos)
J. Martins, SGPS	Indefinida	Sim	<i>Discounted Cash Flow</i> (DCF)
Luz Saude (ES Saude)	Indefinida	Sim	<i>Cash Flows</i> descontados
Martifer	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados
Media Capital	Indefinida	Sim	<i>Discounted Cash Flows</i> (PN 5 anos)
Mota Engil	Indefinida	Sim	Valor Presente dos F.C. Futuros (PN)
NOS, SGPS	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados
Novabase, SGPS	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados (PN 5 ANOS)
Orey Antunes, Esc	Indefinida	Sim	<i>Cash Flows</i> descontados
Portugal Telecom (PT)	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados
Reditus, SGPS	Indefinida	Sim	<i>Discounted Cash Flows</i> (PN 5 anos)
REN	Indefinida	Sim	<i>Cash Flows</i> descontados
SAG Gest	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa descontados
SDC Inv	Indefinida	Sim	<i>Discounted Cash Flows</i>
Semapa	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados
Sonae	Indefinida	Sim	Projeção de C.F. futuros
Sonae Capital	Indefinida	Sim	Projeção de C.F. futuros (5 anos)
Sonae Industria, SGPS	Indefinida	Sim	Projeção de C.F. futuros (8 anos)
Sonaecom, SGPS	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Projetados (5 anos)
Sumol + Compal	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados
Teixeira Duarte	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Projetados (5 anos)
Toyota Caetano	Indefinida	Sim	Fluxos de Caixa Descontados (PN 5 ANOS)
VAA Vista Alegre	Indefinida	Sim	<i>Cash Flows</i> descontados (5 anos)

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise da Tabelas 11 poderemos constatar que todas as entidades obedecem ao disposto na IAS 36 recorrendo á metodologia baseada nos *Cash-Flows* descontados.

4.2 - Análise descritiva dos resultados

Começando por caracterizar os elementos das DFC's de todas as empresas incluídas no estudo (cf. Tabela 12), verificamos que relativamente à Demonstração da Posição Financeira, o valor do *Goodwill* varia entre 611.997,00 € e 3.295.874.000,00 € apresentando uma média de 327.725.619,63 € e um desvio padrão de 659.513.975,41 €. Estes valores resultam de uma amostra de 34 entidades, ou seja, a totalidade destas entidades apresentou, a 31 de Dezembro, quantia escriturada para o *Goodwill*.

Quanto aos outros elementos das DFC's, salientamos o Ativo Total de 2012 e 2013 que variam entre 86.809.750,00€ e 42.627.844.000,00€ e 97.812.893,00 € e 42.649.900.000,00 € respetivamente apresentando uma média de 3.870.889.854,77 € e 3.812.545.131,95 € respetivamente. Quanto ao Passivo de 2013, este é relevante para o cálculo do valor do rácio de Endividamento, variando entre 71.233.840,00 € e 31.121.339.000,00 € e possuindo uma média de 2.676.865.261,85 € e um desvio padrão de 5.602.394.372,46 €.

No que corresponde aos elementos das Demonstrações dos Resultados, de destacar as Perdas por Imparidade do Período que variam entre 586.530,00 € e 31.463.000,00 € apresentando uma média (das dez entidades da amostra) de 5.844.798,30 €.

O EBIT de 2013, que espelha a atividades operacional da entidade, variou, na amostra considerada das 34 entidades, entre -121.179.258,00 € e 2.084.844.000,00 € possuindo de média de 176.112.536,46 € e um desvio padrão de 381.983.511,34 €. No que concerne aos totais dos Capitais Próprios de 2012 e 2013, de destacar que estes variam entre 5.547.800,00 € e 18.038.741,00 € e 11.431.668.000,00 € e 11.528.561.000,00 € respetivamente. Estes estão na base de cálculo da Rendibilidade dos Capitais Próprios.

No que toca aos rácios calculados a partir dos elementos das Demonstrações Financeiras salientamos o Rácio de Rendibilidade do Ativo que varia entre -0.6 e 0.11, possuindo uma média de 0.380 e um desvio padrão de 0.3946. A Rendibilidade dos Capitais Próprios varia entre -2.80 e 0.33 possuindo uma média de -0.0304 e um desvio padrão de 0.54521. No que toca ao rácio de Endividamento, este varia entre 0.08 e 27.59 possuindo de média 4.17.

Tabela 12. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Empresas do PSI-Geral

		Estatísticas Descritivas				
		N	Média	DP	Min.	Max.
Demonstração da Posição Financeira	<i>Goodwill</i>	34	327,725,619.63	659,513,975.41	611,997.00	3,295,874,000.00
	Ativo					
	Intangível	34	752,067,976.67	1,709,866,228.49	1,196,072.00	9,324,181,000.00
	Ativo Total	34	3,870,889,854.77	7,850,510,288.14	86,809,750.00	42,627,844,000.00
	Ativo Total	34	3,812,545,131.95	7,807,887,485.18	97,812,893.00	42,649,900,000.00
	Passivo 2013	34	2,676,865,261.85	5,602,394,372.46	71,233,840.00	31,121,339,000.00
Demonstração do Desempenho Financeiro	Imparidades do Período	10	5,844,798.30	9,448,463.33	586,530.00	31,463,000.00
	EBIT 2013	34	176,112,536.46	381,983,511.34	-121,179,258.00	2,084,844,000.00
	Resultado Líquido 2013	34	103,815,989.29	230,989,151.42	-78,916,131.00	1,193,523,000.00
	Capital Próprio 2012	34	1,120,380,565.62	2,362,124,650.41	5,547,800.00	11,431,668,000.00
	Capital Próprio 2013	34	1,135,676,928.92	2,362,170,758.01	18,038,741.00	11,528,561,000.00
Rácios	Rendibilidade do Ativo	34	,0380	,03946	-,06	,11
	Rendibilidade do Capital Próprio	34	-,0304	,54521	-2,80	,33
	Endividamento	34	4,1728	5,26362	,08	27,59

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

A partir dos dados recolhidos, procedemos á repartição da amostra em dois grupos: entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Por conseguinte, na seguinte Tabela 13 serão apresentados os dados estatísticos descritivos relativos às entidades que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (10 empresas):

Tabela 13. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Empresas que reconheceram Perdas por Imparidades do *Goodwill*

		Estatísticas descritivas				
		N	Média	DP	Min.	Max.
Demonstração da Posição Financeira	<i>Goodwill</i>	10	466,780,905.30	1,013,012,847.33	5,255,000.00	3,295,874,000.00
	Ativo Intangível 2013	10	1,199,976,455.30	2,878,239,220.34	5,948,000.00	9,324,181,000.00
	Ativo Total 2012	10	7,181,434,065.20	13,017,859,714.65	142,416,968.00	42,627,844,000.00
	Ativo Total 2013	10	6,892,321,472.10	13,071,346,172.83	137,190,553.00	42,649,900,000.00
	Passivo 2013	10	5,130,291,288.10	9,627,442,896.95	90,290,618.00	31,121,339,000.00
Demonstração do Desempenho Financeiro	Imparidades do Período	10	5,844,798.30	9,448,463.32517	586,530.00	31,463,000.00
	EBIT 2013	10	302,213,704.70	655,004,002.29	-121,179,258.00	2,084,844,000.00
	Resultado Líquido 2013	10	221,425,519.00	384,922,383.25	-78,916,131.00	1,193,523,000.00
	Capital Próprio 2012	10	1,787,910,107.70	3,487,459,075.40	14,738,361.00	11,431,668,000.00
	Capital Próprio 2013	10	1,762,030,183.90	3,507,440,992.69	18,038,741.00	11,528,561,000.00
Rácios	Rendibilidade do Ativo	10	,0271	,05523	-,06	,09
	Rendibilidade do Capital Próprio	10	,0016	,42927	-,96	,33
	Endividamento	10	6,4543	7,89908	,08	27,59

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Das entidades que pertencem ao grupo daquelas que relevaram Perdas por Imparidade do *Goodwill*, de destacar os valores médios dos rácios de Rendibilidade do Ativo, dos Capitais Próprios e do rácio de Endividamento que apresentam valores de 0.0271, 0.0016 e 6.4543 respetivamente. Estes variam entre -0.06, -0.96 e 0.08 e 0.09, 0.33 e 27.59 respetivamente.

No que aos elementos das Demonstrações dos Resultados diz respeito, de destacar o valor medio das Perdas por Imparidade do *Goodwill* de 5.844.798,30 € atingindo um máximo de 31.463.000,00 €. No que respeita ao EBIT, este varia entre -121.179.258,00 € e 2.084.844.000,00 €.

No que respeita ao outro subgrupo, das entidades que não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*, a informação relativa aos elementos das Demonstrações Financeiras está presente na seguinte tabela:

Tabela 14. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Empresas que não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*

		Estatísticas descritivas				
		N	Média	DP	Min.	Max.
Demonstração da Posição Financeira	<i>Goodwill</i>	24	269,785,917.26	458,918,831.56	611,997.00	1,958,671,000.00
	Ativo Intangível	24	565,439,443.90	910,797,762.55	1,196,072.00	3,881,164,000.00
	Ativo Total 2012	24	2,491,496,433.75	3,919,640,545.81	86,809,750.00	13,908,574,000.00
	Ativo Total 2013	24	2,529,304,990.21	3,842,952,692.48	97,812,893.00	13,717,324,000.00
	Passivo 2012	24	1,654,604,417.58	2,248,698,487.07	71,233,840.00	7,301,524,000.00
	Passivo 2013	24	1,654,604,417.58	2,248,698,487.07	71,233,840.00	7,301,524,000.00
Demonstração do Desempenho Financeiro	Imparidades do Período	-	-	-	-	-
	EBIT 2013	24	123,570,383.03	177,975,669.34	-8,544,560.00	525,043,000.00
	Resultado Líquido 2013	24	54,812,018.58	100,283,745.71	-15,518,300.00	392,542,000.00
	Capital Próprio 2012	24	842,243,256.42	1,723,922,999.51	5,547,800.00	6,705,974,000.00
	Capital Próprio 2013	24	874,696,406.01	1,717,656,997.64	26,579,054.00	6,415,800,000.00
Rácios	Rendibilidade do Ativo	24	,0425	,03110	-,01	,11
	Rendibilidade do Capital Próprio	24	-,0437	,59478	-2,80	,30
	Endividamento	24	3,2222	3,48280	,56	17,80

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Do presente quadro, destacamos os valores médios das Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios no valor de 0.0425 e -0.0437 variando estas entre -0.1 e -2.80 e 0.11 e 0.30 respetivamente. Relativamente ao rácio de Endividamento este possui um valor médio de 3.22 variando entre 0.56 e 17.80. O EBIT 2013, bem como os Resultados Líquidos de 2013 apresentam valores médios de 123.570.383,03 € e 54.812.018,58 € respetivamente.

Fazendo uma comparação entre os dois subgrupos, nomeadamente os grupos das entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade no *Goodwill*, verificamos que, em termos médios existem diferenças entre ambos. No que diz respeito às Rendibilidades do Ativo, as entidades que não apresentam Perdas por Imparidades do *Goodwill* apresentam um valor médio superior àquelas que reconheceram (0.0425 > 0.0271). No que toca à Rendibilidade do Capital Próprio esta é superior no subgrupo das entidades que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (0.0016 > -0.0437). Já no que toca ao Endividamento verificamos uma

maior media nas entidades que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (6.4543> 3.222).

Um outro critério de agrupamento das entidades da nossa amostra consistiu na separação das entidades por setor de atividade. Por conseguinte, agrupamos as entidades em três setores: Industria, Serviços e Comercio/ Retalho.

As seguintes tabelas pretendem caracterizar descritivamente as entidades pertencentes a cada setor designadamente no que concerne á media, desvio padrão, mínimos e máximos dos elementos das DFC's e respetivos rácios de Rendibilidade e Endividamento.

Tabela 15. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Sector da Indústria

		Estatísticas descritivas				
		N	Média	DP	Min.	Max.
Demonstração da Posição Financeira	<i>Goodwill</i>	11	293,911,434.18	563,223,228.62	5,255,000.00	1,958,671,000.00
	Ativo Intangível	11	510,382,702.36	702,507,386.23	5,948,000.00	1,991,093,000.00
	Ativo Total 2012	11	3,488,818,716.45	4,006,605,983.41	643,767,000.00	13,908,574,000.00
	Ativo Total 2013	11	3,327,799,689.00	3,928,023,650.58	627,307,000.00	13,717,324,000.00
	Passivo 2013	11	2,366,838,632.45	2,267,876,159.36	325,570,000.00	7,301,524,000.00
	Imparidades do Período	5	2,955,971.20	3,157,552.14	586,530.00	7,727,749.00
Demonstração do Desempenho Financeiro	EBIT 2013	11	142,565,037.63	178,101,877.23	-39,035,029.00	487,036,000.00
	Resultado Líquido 2013	11	54,217,133.91	95,632,659.83	-78,916,131.00	239,007,000.00
	Capital Próprio 2012	11	1,016,690,698.18	1,940,285,693.40	53,208,618.00	6,705,974,000.00
	Capital Próprio 2013	11	960,961,056.45	1,846,831,316.51	34,210,935.00	6,415,800,000.00
Rácios	Rendibilidade do Ativo	11	,0354	,04112	-,03	,09
	Rendibilidade do Capital Próprio	11	-,0218	,39829	-,96	,31
	Endividamento	11	6,3973	7,41825	1,08	27,59

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

O setor da indústria compreende 11 entidades, das quais 5 reconheceram Perdas Por Imparidade do *Goodwill*. Estas apresentaram um valor médio de 2,955,971.20 €, com um desvio padrão de 3.157.552,14 €, variando entre 586.530,00 € e 7.727.749,00 €.

Quanto ao *Goodwill* este possui um valor medio de 293,911,434.18 €, um desvio padrão de 563,223,228.62 €, variando entre 5,255,000.00 € e 1,958,671,000.00 €.

A seguinte Tabela 16 faz referência às estatísticas descritivas do setor dos Serviços:

Tabela 16. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC's: Sector dos Serviços

		Estatísticas descritivas				
		N	Média	DP	Min.	Max.
Demonstração da Posição Financeira	<i>Goodwill</i>	17	383,626,716.62	812,994,386.65	3,744,000.00	3,295,874,000.00
	Ativo					
	Intangível	17	1,053,760,823.71	2,339,349,851.20	8,904,053.00	9,324,181,000.00
	2013					
	Ativo Total	17	4,761,998,876.89	10,616,731,551.25	86,809,750.00	42,627,844,000.00
2012	Ativo Total	17	4,765,176,203.21	10,568,857,992.02	97,812,893.00	42,649,900,000.00
	2013					
	Passivo 2013	17	3,343,460,736.86	7,710,441,217.76	71,233,840.00	31,121,339,000.00
Demonstração do Desempenho Financeiro	Imparidades do Período	4	8,897,500.00	15,050,916.62	970,000.00	31,463,000.00
	EBIT 2013	17	198,913,711.65	509,314,016.02	-121,179,258.00	2,084,844,000.00
	Resultado	17	123,054,435.72	293,289,514.70	-13,249,653.00	1,193,523,000.00
	Líquido 2013					
	Capital Próprio	17	1,379,435,833.27	2,961,925,914.59	14,738,361.00	11,431,668,000.00
2012	Capital Próprio	17	1,421,715,466.41	2,989,180,263.00	18,038,741.00	11,528,561,000.00
Rácios	Rendibilidade do Ativo	17	,0387	,03835	-,06	,09
	Rendibilidade do Capital Próprio	17	,0918	,08571	-,04	,33
	Endividamento	17	2,4475	1,76439	,08	6,61

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Da análise à Tabela 16 poderemos constatar que da amostra, 17 entidades pertencem ao setor dos serviços.

Das 17 entidades deste setor, poderemos verificar que 4 reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* no período de 2013. Estas variaram entre 970.000,00 € e 31.463.000,00 €, possuindo uma média de 8.897.500,00 € e um desvio padrão de 15.050.916,62 €.

O *Goodwill* possui uma média de 383.626.716,62 €, um desvio padrão de 812.994.386,65 €, variando entre 3,744,000.00 € e 3,295,874,000.00 €.

Quanto às Rendibilidades do Ativo, dos Capitais Próprios e Rácios de Endividamento estes variam entre -0.06, -0.04, 0.08 e 0.09, 0.33, 6.61 respetivamente.

A seguinte Tabela 17 apresenta as estatísticas descritivas relativas às entidades pertencentes ao setor do Comércio/ Retalho:

Tabela 17. Estatísticas descritivas dos elementos das DFC: Sector do Comércio/Retalho

		Estatísticas descritivas				
		N	Média	DP	Min.	Max.
	<i>Goodwill</i>		231,331,851.45	311,327,079.17	611,997.00	648,361,000.00
Demonstração da Posição	Ativo Intangível 2013	6	340,361,246.27	394,272,342.75	1,196,072.00	813,042,014.00
Financeira	Ativo Total 2012	6	2,046,544,712.33	2,636,804,865.77	130,435,000.00	6,035,355,458.00
	Ativo Total 2013	6	2,002,123,742.09	2,553,373,054.24	146,198,000.00	5,476,537,589.00
	Passivo 2013	6	1,356,560,236.55	1,676,162,904.14	72,750,567.00	3,568,426,171.00
	Imparidades do Período	1	8,078,127.00		8,078,127.00	8,078,127.00
Demonstração do Desempenho Financeiro	EBIT 2013	6	173,012,954.61	255,415,591.78	-1,813,000.00	525,043,000.00
	Resultado Líquido 2013	6	140,238,292.61	224,356,725.01	-15,518,300.00	464,020,285.00
	Capital Próprio 2012	6	576,488,730.92	784,687,917.26	5,547,800.00	1,668,558,921.00
	Capital Próprio 2013	6	645,546,838.88	882,720,969.19	27,790,000.00	1,908,111,418.00
	Rendibilidade do Ativo	6	,0408	,04647	-,01	,11
Rácios	Rendibilidade do Capital Próprio	6	-,3923	1,18871	-2,80	,28
	Endividamento	6	4,9828	6,40634	,56	17,80

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Das 6 entidades que compõe o setor do Comércio/ Retalho, apenas uma reconheceu Perdas dos Imparidade do *Goodwill*.

O *Goodwill* apresentou um valor médio de 231.331.851,45 €, um mínimo de 611.997,00 € e um máximo de 648,361,000.00 €.

No que concerne às Rendibilidades do Ativo e do Capital Próprio estas apresentaram valores médios de 0.0408 e -0.3923, respetivamente. O rácio de Endividamento apresenta um valor medio de 4,9828 variando entre 0.56 e 17.80.

Da análise das tabelas poderemos constatar que, comparativamente, no que concerne á Rendibilidade do Ativo, este é superior no setor do Comércio/ Retalho, relativamente aos setores dos Serviços e da Indústria. No que toca á Rendibilidade dos Capitais Próprios, em termos médios, esta é negativa em todos os setores salientando-se o setor do Comércio/ Retalho em que esta assume o valor mais baixo dos três (-0, 3923) relacionando-se com uma fraca relação entre o Resultado Líquido e o valor dos Capitais Próprios das empresas da amostra.

Quanto ao Rácio de Endividamento, este é espelhado pelo quociente entre o Passivo e os Capitais Próprios. Comparando os três setores de atividade verifica-se um menor valor, em

termos médios no setor dos Serviços (2,4475) variando entre 0,08 e 6,61. Os restantes setores apresentam valores médios de 6,3973 e 4,9828 respetivamente na Indústria e no Comércio/Retalho.

No que concerne ao EBIT, este é superior, em média, no setor dos Serviços (198,913,711.65 €) possuindo um desvio padrão de 509,314,016.02 € e variando entre -1,813,000.00€ e 525,043,000.00 €.

O setor dos Serviços é também responsável por apresentar uma maior Quantia Escriturada para o *Goodwill* (383,626,716.62 €) tendo como máximo o valor de 3,295,874,000.00 €.

4.3 - Estatísticas de comparação de grupos

No que concerne ao estudo das diferenças significativas relativamente ao EBIT 2013 e aos Rácios de Rendibilidade do Ativo, do Capital Próprio e do Endividamento, entre as empresas que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (cf. Tabela 18), não se verificaram quaisquer diferenças estatisticamente significativas, para um nível de significância de 0,05 (IC=95%). Utilizando no Teste não paramétrico de *Mann-Whitney* não foi verificado qualquer *p-valor* que permitisse representar relevância estatística (*p-valor* <0.05).

Tabela 18. Teste de *Mann-Whitney*: comparação entre as empresas que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*

	Teste de <i>Mann-Whitney</i>			
	Empresas que relevaram Perdas por Imparidade (N=10)	Empresas que não relevaram Perdas por Imparidade (N=24)	Estatísticas de teste	
	Ordem Média	Ordem Média	<i>U</i>	<i>p-valor</i>
EBIT 2013	16,30	18,00	108,000	,650
Rendibilidade do Ativo	16,40	17,96	109,000	,678
Rendibilidade do Capital Próprio	21,60	15,79	79,000	,121
Endividamento	21,60	15,79	79,000	,121

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

Quanto à análise das diferenças relativamente aos elementos financeiros EBIT 2013 e Rácios de Rendibilidade do Ativo, do Capital Próprio e do Endividamento, e Imparidades do Período mediante o setor de atividade das empresas (cf. Tabela 19), também não se verificaram quaisquer diferenças estatisticamente significativas, para um nível de significância de 0,05 (IC=95%). Para tal foi utilizado o Teste de *Kruskal-Wallis*, utilizando dois graus de confiança (χ^2) não se verificando qualquer significância (para um *p-valor* <0.05).

Tabela 19. Teste de *Kruskal-Wallis*: comparação entre empresas por setores de atividade

	Teste de <i>Kruskal-Wallis</i>				
	Indústria	Serviços	Comércio/Retalho	Estatísticas de teste	
	Ordem Média (N)	Ordem Média (N)	Ordem Média	χ^2 (2)	<i>p</i> -valor
EBIT 2013	18,45 (11)	16,82 (17)	17,67 (6)	,181	,913
Rendibilidade do Ativo	16,91 (11)	18,00 (17)	17,17 (6)	,088	,957
Rendibilidade do Capital Próprio	18,09 (11)	18,18 (17)	14,50 (6)	,662	,718
Endividamento	22,73 (11)	14,12 (17)	17,50 (6)	4,992	,082
Imparidades do Período	4,60 (5)	5,75 (4)	9,00 (1)	1,805	,405

Fonte: SPSS a partir dos dados recolhidos

4.4 - Estatísticas de associação de variáveis

Efetuada de seguida a análise da relação entre as variáveis no que concerne às entidades de reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*, utilizamos o Teste de Correlação de *Spearman*.

Nas empresas que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (cf. Tabela 20), verificou-se apenas uma relação positiva entre o EBIT 2013 e Rendibilidade do Ativo ($r_s=0,648$; $p=0,043$), não se verificando mais nenhuma relação estatisticamente significativa para um nível de significância de 0,05 (IC=95%).

No estudo de associações entre variáveis nas empresas que não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* (cf. Tabela 20), verificou-se que o EBIT 2013 se relaciona positivamente com Rendibilidade do Ativo ($r_s=0,731$; $p=0,000$) e Rendibilidade do Capital Próprio ($r_s=0,537$; $p=0,007$), assim como também se verificou uma relação positiva entre a Rendibilidade do Ativo e Rendibilidade do Capital Próprio ($r_s=0,741$; $p=0,000$). Contudo, tal como na amostra global, o Endividamento não se encontra associado a nenhuma das outras variáveis, uma vez que não se encontraram quaisquer correlações estatisticamente significativas para um nível de significância de 0,05 (IC=95%).

Tabela 20. Testes de Spearman: correlação entre entidades que reconheceram ou não Perdas por Imparidade do Goodwill

		Estatísticas de Correlação de Spearman				
Reconhecimento de Imparidades			EBIT 2013	Rendibilidade do Ativo	Rendibilidade capital próprio	Endividamento
Sim (n=10)	Rendibilidade do Ativo	Coeficiente	,648*			
		Correlação				
		p-valor	,043			
	Rendibilidade do Capital Próprio	Coeficiente	,297	,515		
		Correlação				
		p-valor	,405	,128		
	Endividamento	Coeficiente	-,152	-,115	-,139	
		Correlação				
		p-valor	,676	,751	,701	
	Imparidades do Período	Coeficiente	,236	-,042	,479	,091
		Correlação				
		p-valor	,511	,907	,162	,803
Não (n=24)	Rendibilidade do Ativo	Coeficiente	,731**			
		Correlação				
		p-valor	,000			
	Rendibilidade do Capital Próprio	Coeficiente	,537**	,741**		
		Correlação				
		p-valor	,007	,000		
	Endividamento	Coeficiente	,222	,183	,104	
		Correlação				
		p-valor	,298	,391	,628	

*. Correlação é significativa ao nível 0.05. **. Correlação é significativa ao nível 0.01.

Relativamente ao estudo das associações entre os elementos financeiros EBIT 2013, Rácios de Rendibilidade do Ativo, do Capital Próprio, do Endividamento e Perdas por Imparidade do Goodwill no Período, entre empresas que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do Goodwill mediante o setor de atividade (cf. Tabela 21) verificamos que nas empresas da Indústria que reconheceram Perdas por Imparidades do Goodwill, apresentavam uma correlação positiva entre EBIT 2013 e Rendibilidade do ativo ($r_s=0,900$; $p=0,037$), não se verificando mais nenhuma correlação estatisticamente significativa neste setor de atividade. Por sua vez no setor dos Serviços, apenas se verificaram correlações estatisticamente significativas nas empresas que não reconheceram Perdas por Imparidade do Goodwill. Neste sentido verificaram-se correlações positivas da Rendibilidade do Ativo com o EBIT 2013 ($r_s=0,720$; $p=0,006$) e com a Rendibilidade do Capital Próprio ($r_s=0,775$; $p=0,002$).

No setor do Comércio / Retalho, não se verificou quaisquer correlações estatisticamente significativas.

Tabela 21. Testes de Spearman: correlação entre entidades que reconheceram ou não Perdas por Imparidade do Goodwill mediante o setor de atividade

		Estatísticas de Correlação de Spearman						
Setor de Atividade	Registro de Imparidades			EBIT 2013	Rendibilidade do Ativo	Rendibilidade Capital Próprio	Endividamento	
Indústria (N=11)	Sim (n=5)	Rendibilidade do Ativo	Coeficiente Correlação	,900*				
			p-valor	,037				
		Rendibilidade Capital Próprio	Coeficiente Correlação	,200	,100			
			p-valor	,747	,873			
		Endividamento	Coeficiente Correlação	-,300	-,500	-,700		
			p-valor	,624	,391	,188		
	Não (n=6)	Imparidades do Período	Coeficiente Correlação	-,600	-,700	,400	-,100	
			p-valor	,285	,188	,505	,873	
			Rendibilidade do Ativo	Coeficiente Correlação	,257			
				p-valor	,623			
		Rendibilidade Capital Próprio	Coeficiente Correlação	-,429	,371			
			p-valor	,397	,468			
		Endividamento	Coeficiente Correlação	,086	,543	,257		
			p-valor	,872	,266	,623		
Serviços (n=17)	Sim (n=4)	Rendibilidade do Ativo	Coeficiente Correlação	,400				
			p-valor	,600				
		Rendibilidade Capital Próprio	Coeficiente Correlação	,200	,800			
			p-valor	,800	,200			
		Endividamento	Coeficiente Correlação	,200	,800	1,000**		
			p-valor	,800	,200	.		
	Não (n=13)	Imparidades do Período	Coeficiente Correlação	,400	,400	,800	,800	
			p-valor	,600	,600	,200	,200	
			Rendibilidade do Ativo	Coeficiente Correlação	,720**			
			p-valor	,006				
		Rendibilidade Capital Próprio	Coeficiente Correlação	,538	,775**			
			p-valor	,058	,002			
Endividamento	Coeficiente Correlação	,385	,478	,549				
	p-valor	,194	,098	,052				
Comércio / Retalho (N=6)	Sim (n=1)	Rendibilidade do Ativo	Coeficiente Correlação	.				
			p-valor	.				
		Rendibilidade Capital Próprio	Coeficiente Correlação	.	.			
			p-valor	.	.			
		Endividamento	Coeficiente Correlação	.	.	.		
			p-valor	.	.	.		
	Não (n=5)	Imparidades do Período	Coeficiente Correlação	
			p-valor	
		Rendibilidade do Ativo	Coeficiente Correlação	1,000**				
			p-valor	.				
Rendibilidade Capital Próprio	Coeficiente Correlação	,700	,700					
	p-valor	,188	,188					
Endividamento	Coeficiente Correlação	-,200	-,200	-,700				
	p-valor	,747	,747	,188				

*. Correlação é significativa ao nível 0.05. **. Correlação é significativa ao nível 0.01.

Capítulo 5 – Discussão dos Resultados

Na construção dos resultados necessários para dar resposta às hipóteses criadas, foram utilizados testes não paramétricos, devido à não observância da normalidade da amostra. Como tal foram utilizados dois testes estatísticos: Teste de *Mann-Whitney* e Teste de *Kruskal-Wallis*. O primeiro pretende aferir acerca de diferenças entre dois grupos independentes (no caso concreto entre as empresas que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* e aquelas que não reconheceram) e o segundo pretende testar diferenças estando perante três ou mais amostras independentes (uma vez que consideramos três grupos: Indústria, Serviços e Comércio/ Retalho).

Mediante o disposto, pretendeu-se dar resposta a quatro hipóteses sendo que duas delas se relacionavam com relações e diferenças que respeitavam aos elementos das DFC's entre entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*, e por outro lado duas hipóteses relacionadas com os setores de atividade em que operavam as entidades da amostra, procurando relações e diferenças no que concerne aos elementos das DFC's e ao reconhecimento e não reconhecimento de Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

A primeira hipótese criada prendeu-se com diferenças quanto ao EBIT 2013, Rendibilidade do Capital Próprio, Rendibilidade do Ativo e Rácio de Endividamento entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Para tal, para a validação ou não da primeira hipótese, utilizamos o Teste não paramétrico de *Mann-Whitney* procurando diferenças significativas entre as variáveis mediante a consideração de dois grupos independentes: as entidades que reconheceram (n=10), e aquelas que não reconheceram (n=24) Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Para tal, considerando um nível de significância $p= 0,05$, verificamos não haver nenhum p-valor estatisticamente significativo ($p < 0.05$), logo, a hipótese de que haveria uma diferença significativa entre o EBIT, a Rendibilidade dos Capitais Próprios, Rácio de Endividamento e a Rendibilidade do Ativo é rejeitada para um nível de significância de 0.05.

A nossa rejeição não está de acordo com Martins *et al* (2014), na medida em que estes autores encontraram diferenças significativas entre o EBIT e o reconhecimento de Perdas por Imparidade. Esta nossa evidenciação está em linha com o referido em Rodrigues *et al* (2013) na medida em que associaram o reconhecimento de Perdas por Imparidade do *Goodwill* a práticas de gestão de resultados, e com Fernandes (2007), referindo-se a outros fatores tais como a Teoria de Agência, que sustenta a hipótese da criação de sistemas de incentivos para a gestão de resultados (Fernandes, 2007). Para Vila (2012), a gestão de resultados tem uma relação direta com a flexibilidade presente nas normas contabilísticas.

A nossa rejeição no que concerne às Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios encontra-se em linha com Martins *et al* (2014) em que não encontraram diferenças significativas no que concerne às Rendibilidades. Para Vila (2012) os Indicadores financeiros, tais como os rácios

são associados a gestão de resultados, para a partir daí alterar de forma materialmente relevante a informação presente nas Demonstrações Financeiras, ludibriando a informação transmitida aos utilizadores de tal informação.

Para tal construímos a seguinte tabela que resume os valores obtidos:

Tabela 22. Resultados do Teste de Mann-Whitney

	EBIT2013	Rendibilidade do Ativo	Rendibilidade do Capital Próprio	Endividamento
U	108,000	109,000	79,000	79,000
p-valor	0.650	0.678	0.121	0.121

Fonte: Elaboração Própria

No que concerne à segunda Hipótese, esta pretendia aferir acerca de possíveis relações entre o EBIT, a Rendibilidade dos Capitais Próprios, o Rácio de Endividamento e a Rendibilidade do Ativo. Para tal, foi considerado o Teste de Correlação de Spearman que pretende verificar a existência ou não de relações estatisticamente significativas para um nível de significância de 0.05 entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Pela análise dos Testes de Spearman e fazendo o paralelismo entre os dois grupos de empresas (entidades que relevaram e não relevaram Perdas por Imparidade do *Goodwill*) verificamos que no que concerne à relação entre a Rendibilidade do Ativo e o EBIT 2013 (Resultados operacionais), existe uma relação estatisticamente relevante para um nível de significância de 0.05 tanto para as entidades que relevaram, como para as que não relevaram Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Pela análise do Teste apuramos uma relação significativa entre a Rendibilidade do Ativo e o EBIT 2013 nas entidades que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* ($r_s=0,648$; $p=0,000$) tal como nas entidades que não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* ($r_s=0,751$; $p=0,043$).

No que toca à quantia de Perdas por Imparidade do *Goodwill* registadas pelas 10 entidades, verificamos não existir um $p < 0.05$, logo não se verificou uma relação entre o reconhecimento de Perdas por Imparidade do *Goodwill* no exercício de 2013 e o EBIT, Rácio de Endividamento e Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios.

No que concerne à relação entre a Rendibilidade do Capital Próprio e o EBIT verificamos que, pela aplicação do Teste de Spearman, existe uma relação significativa ao nível das entidades que não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* ($r_s=0,537$; $p=0,007$), não se verificando contudo a mesma relação no que toca às entidades que procederam ao reconhecimento de Perdas por Imparidade do *Goodwill* no mesmo período.

Por fim, de salientar a relação entre a Rendibilidade do Ativo e dos Capitais Próprios nas entidades que não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* ($r_s=0,741$; $p=0,000$), não

se verificando o mesmo para as entidades que reconheceram as mesmas perdas. A seguinte tabela demonstra as relações possíveis que validam parcialmente a hipótese criada:

Tabela 23. Comparação das relações entre entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade

Reconhecimento de PI's		Rendibilidade do Ativo/ EBIT 2013	Rendibilidade do Ativo/ Rendibilidade dos CP's	Rendibilidade dos CP's/ EBIT 2013
Sim (n=10)	Coeficiente	0.648	0.515	0.297
	<i>p</i> - valor	0.043	0.128	0.405
Não (n=24)	Coeficiente	0.751	0.741	0.537
	<i>p</i> - valor	0.000	0.000	0.007

Fonte: Elaboração Própria

No que concerne ao reconhecimento de Perdas por Imparidade do *Goodwill* no Período não se verificou qualquer relação entre estas e as variáveis EBIT 2013, Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios conforme demonstra a seguinte tabela:

Tabela 24. Relações entre o Reconhecimento de Perdas por Imparidade e as restantes variáveis

			EBIT 2013	Rendibilidade Ativo	Rendibilidade CP's	Endividamento
N =10	Imparidade Período	Coeficiente	0.236	-0.042	0.701	0.091
		P- valor	0.511	0.907	0.479	0.803

Fonte: Elaboração Própria

Mediante os resultados obtidos poderemos concluir que a Hipótese 2 é confirmada parcialmente.

Esta análise está parcialmente em linha de conta com Martins *et al* (2014), que referem não haver uma relação significativa entre as Rendibilidades do Capital Próprio e as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade. No que concerne ao Endividamento, os nossos testes não apuraram uma relação entre o EBIT e o Endividamento, em oposição com Conceição (2009) que revela que as entidades com maior rácio de dívida tendem a utilizar técnicas contabilísticas para aumentarem os resultados.

Relativamente à Hipótese 3, esta consiste em testar possíveis diferenças entre as variáveis EBIT 2013, Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios, Endividamento e Imparidades do Período, mediante o setor de atividade. Na medida em que estamos perante três grupos independentes, (Setores da Indústria, Serviços e Comercio/ Retalho), vimo-nos impossibilitados de utilizar o Teste de *Mann-Whitney*, passando a utilizar o Teste de *Kruskal-Wallis* uma vez que este permite apurar estatísticas mas mais de três grupos independentes. Por conseguinte, aplicando o Teste verifica-se que, para dois graus de liberdade χ^2 (2) não existe nenhum p-valor estatisticamente significativo a 0.05.

A seguinte tabela demonstra os resultados obtidos:

Tabela 25. Resultados sintetizados do Teste de *Kruskal-Wallis*

	EBIT 2013	Rendibilidade do Ativo	Rendibilidade do Capital Próprio	Endividamento	Imparidades do Período
$\chi^2(2)$	0.181	0.088	0.662	4.992	1.805
p-valor	0.913	0.957	0.718	0.082	0.405

Fonte: Elaboração Própria

Pelos dados obtidos, não foi possível retirar informações que permitam validar a hipótese criada, portanto esta hipótese é rejeitada. Esta conclusão está em linha com Martins *et al* (2014) que também não encontraram diferenças significativas quanto aos CAE's (Códigos de Atividade Económica).

A Hipótese 4 baseia-se no estudo da relação entre o EBIT, as Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios, o Endividamento e as Imparidades do Período nas entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* no Período, mediante os três setores de atividade: Indústria, Serviços e Comercio/ Retalho. Por conseguinte, para aferir acerca da existência de relações, procedeu-se à elaboração do Teste de *Spearman* para relacionar todos os elementos. Pela análise da Tabela 26 poderemos verificar que existem algumas relações.

Por conseguinte, no setor da Indústria encontramos uma relação positiva entre a Rendibilidade do Ativo e o EBIT 2013 ($r_s=0,900$; $p=0,037$) nas entidades que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*, e por outro lado, no setor dos Serviços encontramos duas relações: entre a Rendibilidade do Ativo e o EBIT 2013 ($r_s=0,720$; $p=0,006$) e entre a Rendibilidade do Capital Próprio e a Rendibilidade do Ativo ($r_s=0,775$; $p=0,02$). A nossa análise descritiva dos Relatórios e Contas das 34 entidades da amostra permitiu concluir que em termos de valor absoluto, foram os setores da Construção e Materiais, Telecomunicações e Retalho que reconheceram maior volume de Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Já em termos de número de entidades foi-nos permitido apurar que os setores em que mais entidades reconheceram

Perdas por Imparidade no *Goodwill* foram os da Construção e Materiais, Recursos Básicos e Bens e Serviços.

Em termos de desempenho financeiro, atendendo á análise descritiva, poderemos verificar que são as entidades pertencentes ao PSI-20 e com resultados positivos que apresentam maiores valores de Perdas por Imparidades do *Goodwill* em 2013.

No que toca às Imparidades do Período, o Teste de *Spearman* permitiu apurar os seguintes resultados:

Tabela 26. Resultados sintetizados do Teste de *Spearman*

Setor		Ebit2013	Ra	Rcp	End	
Imparidades do Período	Indústria	Coef	0.600	-0.700	0.400	-0.100
		p-valor	0.285	0.188	0.505	0.873
	Serviços	Coef	0.400	0.400	0.800	0.800
		p-valor	0.600	0.600	0.200	0.200
	Comércio/Retalho	Coef	-	-	-	-
		p-valor	-	-	-	-

Fonte: Elaboração Própria

Pelos dados obtidos, poderemos referir que a Hipótese 4 é validada parcialmente mediante os dados obtidos através dos Testes de *Spearman*.

Este estudo não se encontra em linha com Martins *et al* (2014) que apontaram para a inexistência de relações significativas entre as variáveis em causa.

Já para Rodrigues *et al* (2013), os setores do Petróleo e Gás, Bens de consumo e Energia, são os setores que mais reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill* no Período até 2012. Em termos de dimensão estes autores referem que as entidades de menor dimensão são aquelas que reconheceram mais Perdas por Imparidade do *Goodwill*. Em relação ao desempenho económico-financeiro embora, pelos nossos resultados do Teste de Correlação de *Spearman* não haja uma relação entre os resultados e o reconhecimento de Perdas por Imparidade no *Goodwill*, para Rodrigues *et al* (2013) existe uma relação entre os resultados negativos e o reconhecimento de Perdas por Imparidade no *Goodwill*, ou seja, as entidades com resultados negativos tendem a reconhecer mais Perdas por Imparidade no *Goodwill*, e por outro lado, associaram entidades mais lucrativas com baixos níveis de Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Conclusão

A elaboração deste estudo teve como principal objetivo estudar e compreender os vários elementos das Demonstrações Financeiras Consolidadas dos grupos pertencentes à *Euronext Lisboa*, e a sua relação com as Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Como tal, esta análise passou pelo estudo de várias variáveis tais como o EBIT, os Rácios de Rendibilidade do Ativo e dos Capitais Próprios e o Rácio de Endividamento, procurando estabelecer relações e diferenças destes, com a temática do Reconhecimento e Mensuração de Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

O desdobramento do objetivo principal foi efetuado através da criação de objetivos específicos, os quais passaram pela caracterização da amostra (que comporta as entidades que, em 2013, pertenciam ao mercado regulado da *Euronext Lisboa*), pela análise de possíveis relações e diferenças entre entidades que mensuraram e não mensuraram Perdas por Imparidade do *Goodwill* em conformidade com as variáveis atrás descritas realizando também a repartição da amostra através dos setores de atividade (Indústria, Serviços e Comércio/ Retalho).

Para dar resposta aos nossos objetivos específicos, foram criadas quatro hipóteses que se prenderam com a existência de relações e diferenças estatisticamente significativas ao nível do EBIT, Rendibilidade do Ativo e do Capital Próprio e do Rácio de Endividamento.

Para tal, recorreremos a testes não paramétricos para evidenciar a existência ou não de tais relações/ diferenças.

Os resultados obtidos sugerem que por um lado se rejeita a hipótese de diferenças significativas ao nível do EBIT, Rendibilidades do Ativo e do Capital Próprio e do Rácio de Endividamento, entre as entidades que reconheceram e não reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Esta hipótese não está de acordo com Martins, *et al* (2014) que atentam para existência de diferenças significativas.

A literatura aponta para a rejeição desta hipótese, remetendo tais diferenças para a prática de gestão de resultados (Rodrigues *et al*, 2014; Vila, 2012; Fernandes, 2007), aproveitando por um lado certas ambiguidades das normas e por outro a Teoria de Agência que assenta na criação de sistemas de incentivos.

No que concerne a relações estatisticamente significantes, o nosso estudo encontrou relevâncias ao nível das Rendibilidades do Ativo e dos Capitais Próprios entre as entidades que reconheceram Perdas por Imparidade do *Goodwill*.

Por outro lado, e concretizando os outros dois objetivos específicos, foram criadas duas hipóteses que procuraram estabelecer relações e diferenças estatisticamente relevantes no que toca à influência do setor de atividade.

Tal como noutros estudos (Martins *et al*, 2014) efetuamos um reagrupamento da nossa amostra, por setores de atividade (Indústria, Serviços e Comércio/ Retalho) e partir daí, através da realização de testes não paramétricos, procuramos evidenciar tais relações/ diferenças. Quanto á diferenças, os testes revelaram a não existência de diferenças estatisticamente significativas. No que toca a relações estatisticamente significativas foram encontradas algumas estatísticas relevantes que confirmam a tese de relações estatisticamente significantes.

Com base no setor de atividade, esta teoria foi abordada por vários autores na literatura, os quais agruparam as suas amostras pelos diversos setores (Conceição, 2009; Fernandes, 2007; Rodrigues *et al*, 2013; Martins *et al*, 2014).

A realização deste estudo apresentou algumas limitações, que condicionaram a elaboração do mesmo pelo facto de, por um lado, a amostra ser de pequena dimensão, e por outro, o número de entidades que reconheceram Perdas por Imparidade no *Goodwill* ser reduzido condicionando a realização dos testes não paramétricos (Teste de *Mann-Whitney*, Teste de *Kruskal-Wallis* e Teste de Correlação de *Spearman*). Por outro lado, alguma escassez de bibliografia associada á temática das Imparidades do *Goodwill* condicionaram a fundamentação teórica.

A realização deste estudo recaiu no estudo das entidades pertencentes á *Euronext* Lisboa, por conseguinte, como sugestão de estudos futuros poderemos apontar a realização deste tipo de estudos não só do *Goodwill*, mas de qualquer outro Ativo Intangível e em entidades pertencentes a qualquer tipo de setor da economia que não entidades cotadas.

Por outro lado, na medida em que a temática do *Goodwill* sofrerá profundas alterações no seio do SNC, propomos estudos relacionados com alterações de Reconhecimento e Mensuração no âmbito do mesmo.

Por fim, uma última sugestão passará pela abordagem á Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e aos seus membros associados no que toca ao normativo que está na base da definição dos critérios de Mensuração e Reconhecimento do *Goodwill*.

Referencias Bibliográficas

- Albuquerque, F., Almeida, M., & Quirós, J. (Outubro de 2011). O secretismo e as perdas por imparidade em investimentos não financeiros: o caso português. *Jornal de Contabilidade*, pp. 310-321.
- Avallone, F., & Quagli, A. (6 de Abril de 2015). Insight into the variables used to manage the goodwill impairment test. *Advances in Accounting, incorporating Advances in*, pp. 107-114.
- Ball, R., Kothari, S., & Kobin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 1-51.
- Bandeira, A. M. (2010). *Activos Intangíveis e Actividades de I&D: Oportunidades e desafios colocados á contabilidade. Valorização de patentes e melhoria do relato financeiro*. Vida Economica.
- Barros, T. (2012). *Concentração de Actividades Empresariais: A análise das aquisições de participações em empresas do sector electrico do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra: FEUC, Coimbra.
- Barros, T. d., & Rodrigues, A. M. (Janeiro/Junho de 2013). O Goodwill na avaliação de empresas: Um estudo sobre a realização de testes de imparidade e as alterações contabilísticas no âmbito das Concentrações de Actividades Empresariais. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, pp. 118-130.
- Barros, T. d., & Rodrigues, A. M. (Maio/ Junho de 2014). Concentração de actividades empresariais: Uma análise das combinações de negocios e dos activos intangíveis no Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, pp. 112-136.
- Bureau Van Dijk. (2015). *sabi*. Obtido de https://sabi.bvdinfo.com/version-2015106/List.FormatEdition.serv?_CID=102&BackServiceid=List&context=3LNP9WQQ7DIDGSD
- Canibano, L., Covarsí, M. G.-A., & Sanchez, M. (1999). La Relevancia de los Intangibles para la valoración e la Gestión de Empresas: Revision de la Literatura. *Revista Espanola de Financiacion y Contabilidad*, pp. 17-88.
- CMVM. (Fevereiro de 2015). *Sistema de Difusão de Informação*. Obtido de CMVM: http://web3.cmvm.pt/sdi/emitentes/contas_anuais.cfm

- Collan, M., & Heikkila, M. (16 de Setembro de 2011). Enhancing Patent Valuation with the Pay-off Method. *Journal of Intellectual Property Rights*, pp. 377-384.
- Comiskey, E. E., & Mulford, C. W. (2010). Goodwill, triggering events, and impairment accounting. *Managerial Finance*, pp. 746-767.
- Conceição, L. (2009). *A opção pelo Justo Valor como método de avaliação de activos na adopção das IAS/IFRS em Portugal*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia.
- Costa, C. B., & Alves, G. C. (2013). *Contabilidade Financeira- 8ª Edição*. Rei dos Livros.
- Cravo, D., Grenha, C., Baptista, L., & Pontes, S. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística- SNC Comentado*. Lisboa: Texto Editores.
- Dias, P. A. (2010). As marcas e o Sistema de Normalização Contabilística. *Conferência: avaliação de marcas* (pp. 2-36). BDO.
- Estrutura Conceptual do SNC, aprovada pelo Dec. Lei nº158/2009 de 13 de Julho, relativo á aprovação do Sistema de Normalização Contabilística
- Euronext Lisbon. (24 de Julho de 2015). *Industry*. Obtido de Euronext Lisbon: <http://www.bolsadelisboa.com.pt/cotacoes/accoes-lisboa>
- Fernandes, P. (2007). *O Impacto da Entrada em Vigor das IFRS na Gestão de Resultados: A Experiencia Iberica*. Tese de Mestrado, Universidade do Porto, Faculdade de Economia, Porto.
- Ferreira, P. (2005). *Estatística descritiva e inferencial*. Breves Notas, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- Gomes, J., & Pires, J. (2010). *SNC- Sistema de Normalização Contabilística- Teoria e Prática (3ª Edição)*. Vida Economica.
- González, S., & Jorge, M. L. (Maio de 2005). La valoración de empresas y los intangibles. *Partida Doble*, pp. 62-83.
- Hayn, C., & Hugles, P. J. (2006). Leading Indicators of Goodwill Impairment. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, pp. 224-265.
- Henry, E., & Holzmann, O. J. (Janeiro/ Fevereiro de 2012). Costs of Accounting for Goodwill: Accounting Standards Update 2011-08. *The Journal of Corporate Accounting and Finance*, pp. 89-93.
- International Accounting Standard 36, adoptada através do Regulamento (CE) Nº 1126/2008 de 3 de Novembro da Comissão, relativo ás Imparidades de Activos

- International Accounting Standard 38, adoptada através do Regulamento (CE) Nº 1126/2008 de 3 de Novembro da Comissão, relativo aos Activos Intangíveis
- International Financial Reporting Standard 3, adoptada através do Regulamento (CE) Nº 1126/2008 de 3 de Novembro da Comissão, relativo às Concentrações de Actividades Empresarias
- Jornal de Negocios. (27 de Julho de 2015). *Análise Técnica*. Obtido de Jornal de Negócios Online: http://www.jornaldenegocios.pt/cotacoes/analise_tecnica.html
- Karampinis, N. I., & Hevas, D. L. (30 de Agosto de 2014). Effects of the asymmetric accounting treatment of tangible and intangible impairments in IAS 36: International evidence. *The Journal of Economic Asymmetries*, pp. 96-103.
- Maroco, J. (2010). *Análise Estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Martins, C., Silva, E. S., & Gama, A. (Maio/Junho de 2014). Imparidades e Imparidades Liquidadas: Um estudo empirico de empresas não cotadas em Portugal. *Jornal de Contabilidade-APOTEC*, pp. 97-103.
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 6, adotada através do Regulamento (CE) Nº 1126/2008 de 3 de Novembro da Comissão, relativo aos Ativos Intangíveis
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12, adotada através do Regulamento (CE) Nº 1126/2008 de 3 de Novembro da Comissão, relativo às Imparidades de Ativos
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14, adotada através do Regulamento (CE) Nº 1126/2008 de 3 de Novembro da Comissão, relativo às Concentrações de Actividades Empresariais
- Ramanna, K., & Watts, R. L. (Maio de 2012). Evidence on the use of unverifiable estimates. *Review of Accounting Studies*, pp. 749-780.
- Rees, D. A., & Janes, T. D. (Janeiro de 2012). The Continuing evolution of accounting for Goodwill. *The CPA Journal*, pp. 30-33.
- Regulamento (CE) Nº 1606/2002 de 19 de Julho, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo á aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade.
- Ribeiro, J. (2010). *Metodologia de Investigação em Psicologia e Saude*. Porto: Legis Editora.
- Rodrigues, A. M. (2003). *O Goodwill nas contas consolidadas: Uma análise dos grupos nao financeiros portugueses*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Coimbra: FEUC, Coimbra.
- Rodrigues, A. M., Carvalho, C., & Ferreira, C. (2013). A Relevância das Perdas por Imparidade do Goodwill nos Oito Anos de Aplicação das IAS/IFRS em Portugal. *XIV Congresso de Contabilidade e Auditoria* (pp. 1-21). Lisboa: ISCAL/OTOC.

- Silva, E. S. (2011). *Gestão Financeira - Análise de Investimentos - 2ª edição*. Porto: Vida Económica- Editorial, SA.
- Steiger, F. (2008). *The Validity of Company Valuation Using Discounted Cash Flow Methods*. European Business School.
- Sullivan, P., & Edvinsson, L. (1996). Developing a Model for Managing Intellectual Capital. *European Management Journal*, pp. 356-364.
- Vasconcelos. (2000). *O Contrato de Franquia (Franchising)*. Coimbra: Almedina.
- Vila, A. R. (2012). *A Manipulação de Resultados Contabilísticos: Uma Revisão de Literatura*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Ciências Sociais e Humanas, Covilhã.
- Watts, R., & Zimmerman, J. (1990). Positive Accounting Theory: A Ten Year Perspective. *The Accounting Review*, 131-156.
- Wyatt, A. (2008). What financial and non-financial information on intangibles is value-relevant? A review of the evidence. *Accounting and Business Research*, pp. 217-256.

Apêndice 1. Lista de Empresas do PSI-20

Empresas do PSI-20

Altri
Banco BPI
Banif
BCP
CTT
EDP Renováveis
EDP
Galp Energia
Impresa
Jerónimo Martins
Mota Engil
NOS
Pharol
Portucel
REN
Semapa
Sonae SGPS
Teixeira Duarte

Fonte: Adaptado de: http://www.jornaldenegocios.pt/cotacoes/analise_tecnica.html

Apêndice 2. Elementos das Demonstrações Financeiras das Sociedades da amostra

Empresa	Ativo	Passivo	Situação Líquida
Altri, SGPS	1 221 377 826,00 €	979 568 036,00 €	241 809 790,00 €
Cimpor, SGPS	6 451 345 000,00 €	5 463 784 000,00 €	987 561 000,00 €
Cofina, SGPS	137 190 553,00 €	119 151 812,00 €	18 038 741,00 €
Corticeira Amorim	627 307 000,00 €	325 570 000,00 €	301 737 000,00 €
CTT Correios	1 100 134 433,00 €	824 200 214,00 €	275 934 219,00 €
EDP	42 649 900 000,00 €	31 121 339 000,00 €	11 528 561 000,00 €
EDP Renováveis	13 111 718 000,00 €	7 022 222 000,00 €	6 089 496 000,00 €
Galp Energia	13 717 324 000,00 €	7 301 524 000,00 €	6 415 800 000,00 €
Glintt	221 145 677,00 €	101 860 911,00 €	119 284 766,00 €
Ibersol, SGPS	218 322 741,00 €	98 882 645,00 €	119 440 096,00 €
Impresa, SGPS	421 877 868,00 €	295 012 646,00 €	126 865 222,00 €
Inapa	676 399 000,00 €	482 540 000,00 €	193 859 000,00 €
J. Martins, SGPS	5 099 159 000,00 €	3 449 897 000,00 €	1 649 262 000,00 €
Luz Saúde (ES Saúde)	477 747 280,59 €	334 535 274,56 €	143 212 006,03 €
Martifer	787 773 044,00 €	648 081 032,00 €	139 692 012,00 €
Media Capital	334 615 577,00 €	206 086 972,00 €	128 528 605,00 €
Mota Engil	3 773 429 000,00 €	3 214 203 000,00 €	559 226 000,00 €
NOS, SGPS	2 889 330 000,00 €	1 829 117 000,00 €	1 060 213 000,00 €
Novabase, SGPS	214 699 000,00 €	112 945 000,00 €	101 754 000,00 €
Orey Antunes, Esc	97 812 893,00 €	71 233 840,00 €	26 579 053,00 €
Portugal Telecom (PT)	12 020 395 182,00 €	10 153 580 067,00 €	1 866 815 115,00 €
Reditus, SGPS	191 270 682,00 €	156 315 448,00 €	34 955 234,00 €
REN	5 061 349 000,00 €	3 981 783 000,00 €	1 079 566 000,00 €
SAG Gest	524 253 100,00 €	496 368 800,00 €	27 884 300,00 €
SDC Inv	977 978 311,00 €	943 767 375,00 €	34 210 936,00 €
Semapa	4 343 613 506,00 €	3 134 815 708,00 €	1 208 797 798,00 €
Sonae	5 476 537 589,00 €	3 568 426 171,00 €	1 908 111 418,00 €
Sonae Capital	633 436 418,00 €	320 276 079,00 €	313 160 339,00 €
Sonae Industria, SGPS	1 245 653 892,00 €	1 118 503 806,00 €	127 150 086,00 €
Sonaecom, SGPS	1 227 050 150,00 €	90 290 618,00 €	1 136 759 532,00 €
Sumol + Compal	564 448 199,55 €	433 610 881,27 €	130 837 318,28 €
Teixeira Duarte	2 783 596 000,00 €	2 422 868 000,00 €	360 728 000,00 €
Toyota Caetano	202 146 564,00 €	72 750 567,00 €	129 395 997,00 €
VAA Vista Alegre	146 098 000,00 €	118 308 000,00 €	27 790 000,00 €

Fonte: Elaboração Própria

Apêndice 3. Caracterização das entidades que compõe a amostra (1)

Empresa	NIPC	Localidade	Pais	Capital Social
Altri, SGPS	507172086	Porto	Portugal	25 641 000,00 €
Cimpor, SGPS	500722900	Lisboa	Portugal	672 000 000,00 €
Cofina, SGPS	502293225	Porto	Portugal	25 641 000,00 €
Corticeira Amorim	500077797	Mozelos	Portugal	133 000 000,00 €
CTT Correios	500077568	Lisboa	Portugal	75 000 000,00 €
EDP	500697256	Lisboa	Portugal	3 656 538 000,00 €
EDP Renováveis	503161314	Porto	Portugal	7 500 000,00 €
Galp Energia	504499777	Lisboa	Portugal	829 251 000,00 €
Glintt	503541320	Linhó	Portugal	86 963 000,00 €
Ibersol, SGPS	501669477	Porto	Portugal	20 000 000,00 €
Impresa, SGPS	502437464	Lisboa	Portugal	84 000 000,00 €
Inapa	500137994	Lisboa	Portugal	180 135 000,00 €
J. Martins, SGPS	500100144	Lisboa	Portugal	629 293 000,00 €
Luz Saúde	504885367	Lisboa	Portugal	95 542 000,00 €
Martifer	505127261	Travassos	Portugal	50 000 000,00 €
Media Capital	502816481	Queluz de Baixo	Portugal	89 584 000,00 €
Mota Engil	502399694	Porto	Portugal	204 636 000,00 €
NOS, SGPS	504453513	Lisboa	Portugal	5 152 000,00 €
Novabase, SGPS	502280182	Lisboa	Portugal	15 701 000,00 €
Orey Antunes, Esc	500255342	Lisboa	Portugal	12 000 000,00 €
Pharol	503215058	Lisboa	Portugal	26 895 000,00 €
Reditus, SGPS	500400997	Lisboa	Portugal	73 193 000,00 €
REN	503264032	Lisboa	Portugal	534 000 000,00 €
SAG Gest	503219886	Amadora	Portugal	169 764 000,00 €
SDC Inv	500265763	Porto	Portugal	160 000 000,00 €
Semapa	502593130	Lisboa	Portugal	118 332 000,00 €
Sonae	500273170	Maia	Portugal	2 000 000 000,00 €
Sonae Capital	508276756	Maia	Portugal	250 000 000,00 €
Sonae Industria, SGPS	506035034	Maia	Portugal	812 108 000,00 €
Sonaecom, SGPS	502028351	Maia	Portugal	230 392 000,00 €
Sumol + Compal	500277486	Carnaxide	Portugal	100 093 000,00 €
Teixeira Duarte	509234526	Porto Salvo	Portugal	210 000 000,00 €
Toyota Caetano	500239037	Vila Nova de Gaia	Portugal	35 000 000,00 €
VAA Vista Alegre	500978654	Lisboa	Portugal	92 508 000,00 €

Fonte: Adaptado de: Base de dados Sabi (2015)

Apêndice 4. Caracterização das entidades que compõe a amostra (2)

Empresa	Subsidiárias	Nº de Funcionários	CAE Rev.3 Principal	CAE Rev.3 Secundária
Altri, SGPS	16	6	64202	-
Cimpor, SGPS	77	21	64202	-
Cofina, SGPS	10	6	64202	-
Corticeira Amorim	14	15	64202	-
CTT Correios	19	10904	53100	-
EDP	504	34	35111	70100
EDP Renováveis	4	31	35113	-
Galp Energia	95	33	64202	-
Glintt	19	243	62020	-
Ibersol, SGPS	9	3	70100	-
Impresa, SGPS	7	22	64202	61900
Inapa	31	17	82990	64923
J. Martins, SGPS	44	97	64202	-
Luz Saúde	15	-	70220	64202
Martifer	217	8	64202	-
Media Capital	4	26	64202	-
Mota Engil	214	86	64202	-
NOS, SGPS	26	82	64202	-
Novabase, SGPS	41	18	64202	-
Orey Antunes, Esc	52	4	52291	-
Pharol	13	32	64202	-
Reditus, SGPS	29	1	64202	64923
REN	19	40	64202	64923
SAG Gest	9	11	64202	64923
SDC Inv	72	8	64202	-
Semapa	11	24	64202	-
Sonae	243	13	64202	64992
Sonae Capital	64	10	64202	-
Sonae Industria, SGPS	48	2	64202	-
Sonaecom, SGPS	25	8	64202	46510
Sumol + Compal	5	127	11072	70100
Teixeira Duarte	134	78	70100	70220
Toyota Caetano	5	503	45110	45200
VAA Vista Alegre	12	7	64202	-

Fonte: Adaptado de: Base de dados Sabi (2015)